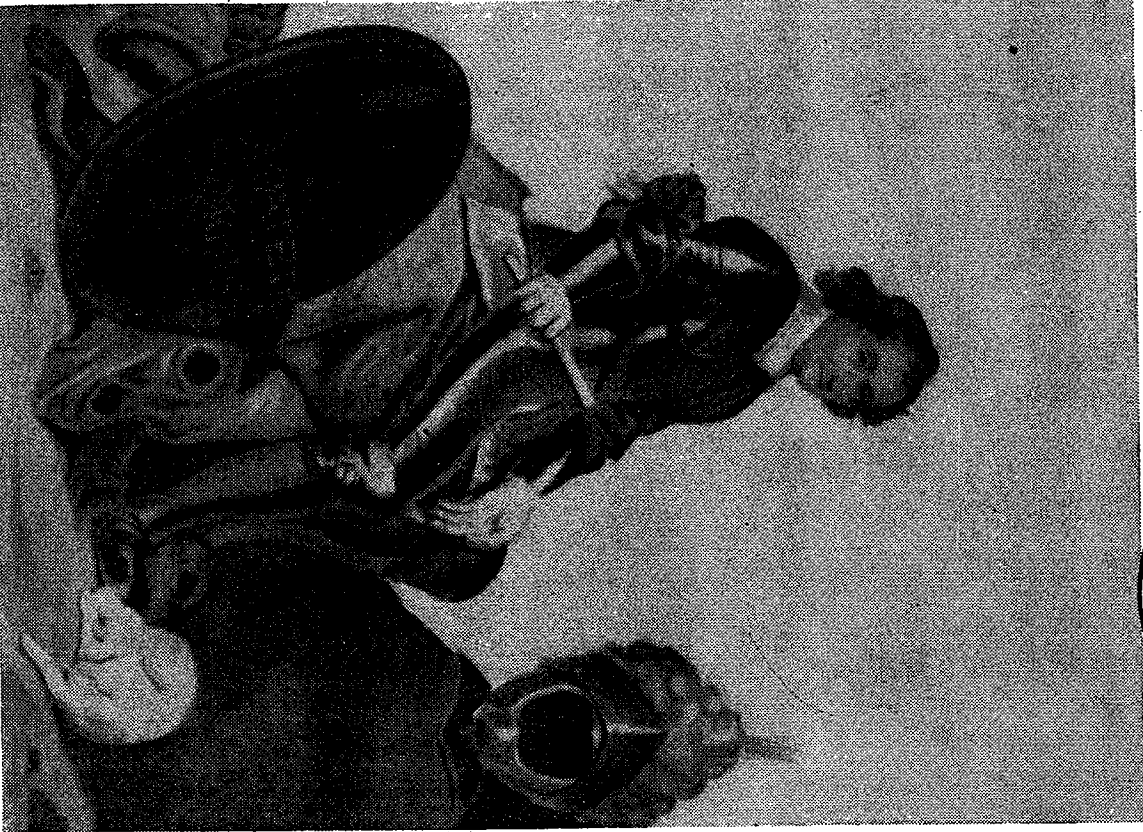


Daniel Scipias

122a



João Maurício de Nassau, 1647
De uma estampa de T. MATHAM

BRASILIANA

VOLUME 312

Charles Ralph
C. R. BOXER

Professor de Português canônico no King's College
da Universidade de Londres

OS HOLANDESES NO BRASIL

1624-1654

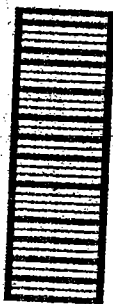
Tradução do

Dr. Oliveira M. de Oliveira Pinto

51915



TOMBO.: 68519



SBD-FFLCH-USP

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

SÃO PAULO

BIBLIOTECA

HISTÓRIA - FFLCH

USP



Do original inglês
The Dutch in Brazil

1624 — 1654

publicado em 1957
pela

OXFORD UNIVERSITY PRESS, Londres

DEDALUS - Acervo - FFLCH



20900096101

1961

Direitos para a língua portuguesa adquiridos pela

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639 — São Paulo

que se reserva a propriedade desta tradução

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

981
8623
v. 3/2
e. 3

Um príncipe humanista no Nôvo Mundo

1637 — 1644

HOUVE QUEM CHAMASSE João Maurício "o homem mais notável de quantos já se envolveram na indústria do açúcar"¹, conceito que a obra por êle realizada como governador-geral do Brasil holandês mostra não ser exagerado. Não foi êle apenas um general competente e administrador de primeira classe, mas também um legislador sob muitos aspectos avançado para sua época. Vimos que êle se tomou de amôres pelo Brasil desde o dia em que desembarcou no Recife. Doze meses antes de sua morte, escreveria êle, a respeito daquela região com palavras repassadas de nostalgia, chamando-a "ce beau Pay de Brésil, lequél n'a pas son pareil sous le ciel". Durante os seus sete anos de govêrno, nunca poupou energias nem tampouco o dinheiro da Companhia, em seu esforço em prol do desenvolvimento da colônia. Melhorou e ampliou o Recife de então, dotando-o de novas (e pavimentadas) ruas, estradas e pontes. Na adjacente ilha de Antônio Vaz, lançou os fundamentos de uma nova cidade a que deu o nome de Maurícia, ou Mauritsstad, cuja localização corresponde ao coração da moderna cidade de

(1) N. Deer, *The History of Sugar* (Londres, 1949), I, p. 106.

Recife. Construiu nela duas espaçosas casas de campo, uma das quais provida de um bem sortido aviário, além de um jardim zoológico e outro botânico, onde deu expansão aos seus gostos, cultivando plantas frutíferas exóticas e transplantando árvores tropicais em larga escala. Fundou também o primeiro observatório astronômico e meteorológico do Nôvo Mundo, nêle sendo guardados os registros relativos aos ventos e às chuvas. Teve mesmo em mente a fundação de uma universidade, que seria freqüentada tanto pelos holandeses protestantes como pelos portugueses católicos, projeto que todavia nunca foi além do papel.

Durante a sua permanência no Brasil, rodeou-se João Maurício de um círculo seleto de quarenta e seis homens formados, cientistas, artistas e artífices, trazidos todos dos Países-Baixos e tendo cada um função determinada pela qual percebia vencimentos. Piso estudou as doenças tropicais e seus remédios, Marcgraf fêz coleções científicas sôbre a fauna, a flora, e a geografia do Brasil e de Angola, sem falar nas observações astronômicas e meteorológicas; de seu lado, uma dúzia de pintores, em cujo número estavam Frans Post e Albert Eckhout (este, discípulo talvez de Rembrandt), enchia os seus álbuns com esboços dos vários aspectos da vida e cultura locais. Apenas uma parte do material reunido por êses homens foi publicada durante a vida de João Maurício; mas os sumtuosos volumes in-folio de Barlaeus, Margraf e Piso, mandados imprimir à sua própria custa pelo príncipe após a sua volta à Holanda, contam-se entre os livros mais luxuosos publicados no século XVII. Por mais de 150 anos foram êles, em qualquer lingua, as fontes mais importantes de informações sôbre o Brasil, vindo a ser sômente suplantados na primeira metade do século dezenove, pelas publicações de Maximiliano de Neuwied, de Spix e de Martius.

"La belle, très belle et bellissime maison" de Mauritsius em Haia², bem conhecida de todos os amadores da arte e visitantes da Holanda, foi originariamente construída para João Maurício com base no desenho (ou, pelo menos, com a supervisão) de seu amigo, o célebre arquiteto Pieter Post, cujo irmão o acompanhara no Brasil. Nessa "casa do açúcar", como a chamavam sarcástica-mente os despeitados diretores da Companhia das Índias Ocidentais, foi feito largo uso do pau-brasil, mandado por João Maurício durante a sua governança, não sendo pois para admirar que os seus compatriotas o houvessem apelidado de "Maurício, o Brasileiro". Possuem ainda os museus de Berlim, Copenhague e Paris valiosas coleções etnográficas e artísticas, que são apenas uma fração das que êle e seus auxiliares reuniram metódicamente no Brasil. Até as grandes expedições do Capitão Cook e seus sucessores, não se viu de nôvo, realizado pelo homem branco nos trópicos, nenhum trabalho científico tão sistemática e inteligentemente dirigido. Com plena justiça, escolheu João Maurício como divisa a frase latina *Qua patet orbis*, "tão vasto como o universo".

Menos esclarecido não fôra João Maurício no tratamento dispensado aos portugueses da terra. Teve a perfeita compreensão da importância de conciliar os agricultores e moradores com a administração holandesa, havendo os seus esforços neste sentido alcançado êxito bastante considerável, exteriormente pelo menos. Conquanto fôsse protestante convicto, e numa época em que Calvinistas e Católicos tinham-se mutuamente como fardados às penas infernais, resolveu tolerar os padres e frades da igreja Católica Romana (com exceção unicamente dos jesuítas), a despeito da oposição feita pelos ministros calvinistas da colônia e dos que em sua pátria lhes davam apêlo. No empenho de evitar os males da

(2) *Briefwisseling van Constantijn Huyghens*, III, n.º 2996.

monocultura e de tornar a colônia auto-suficiente no que dizia respeito aos gêneros alimentícios, incentivou a cultura da mandioca e outras, sem falar na da cana-de-açúcar. Reduziu os impostos e concedeu com liberalidade créditos aos lavradores, no intuito de ajudá-los na reconstrução de seus engenhos e na compra de escravos de Angola. Com a criação de conselhos municipais e rurais, em que podiam prestar serviços tanto os colonos portugueses como holandeses, instituiu uma espécie de governo representativo, muito embora esses esforços para induzir as duas raças a se prestarem leal cooperação não tivessem alcançado qualquer resultado duradouro.

Ao deixar a colônia em 1644, observava Maurício de Nassau que o segredo da administração em Pernambuco era ter em mente que os negociantes holandeses ligavam mais importância ao seu dinheiro e aos seus bens do que à própria vida, ao passo que os moradores portugueses davam mais valor à polidez e à delicadeza de maneiras do que às suas propriedades e riquezas. Os lavradores (disse ele em outra ocasião) eram, na sua maioria, "tão pobres como Job, mas orgulhosos como os Braganças". Os dentre os portugueses que fôssem adeptos dos holandeses, prevenia ele, só poderiam ser favorecidos secretamente, a fim de não provocar a suspeita e o ressentimento de seus compatriotas. Frisava a sua falta de confiança nas provas arrancadas à custa de torturas, ainda que isso fôsse sancionado pela lei; salientava ainda a importância que havia em exercer disciplina rígida na guarnição, contanto que fôsse paga com pontualidade e bem alimentada. Seja como fôr, não surpreende que frei Manuel Calado, que era hóspede frequente e bem-vindo do palácio governamental, nos conte que os portugueses de Pernambuco chamavam João Maurício de seu "Santo Antônio", comparando-o ao santo mais popular de seu calendário. Sua partida foi chorada com sinceridade em

toda a colônia, indistintamente pelos calvinistas holandeses, pelos portugueses católicos e pelos tapuias antropófagos³. A produção total de açúcar durante o seu governo foi calculada em 218 220 caixas, valendo 28 milhões de florins, sem falar em que, quando ele o deixou, a indústria do açúcar estava a caminho de completa recuperação. Foi também sob o seu governo que se introduziram em Pernambuco, trazidos das Antilhas, os métodos aperfeiçoados de cultivo da cana e do fumo, métodos que tinham trazido grande impulso ao desenvolvimento econômico das possessões inglesas e francesas do Mar das Antilhas.

Tais foram, em rápido bosquejo, as principais realizações de João Maurício durante os seus sete anos de estada no Brasil; resta-nos agora examinar com maior minúcia até que ponto tinham elas a probabilidade de durar, e como foram contrabalançadas por outros fatores na vida de cada dia da colônia. É fora de dúvida que o maior bem possuído pela Companhia das Índias Ocidentais no Brasil era a personalidade e o caráter do governador-geral, localmente intitulado príncipe de Nassau, por motivos que Fr. Manuel Calado explica com a sua habitual dose de malícia: "... porque assim o tratavam, e o apelidavam os holandeses, e os portugueses por não caírem em sua desgraça, e por granjearem benevolência para com ele, ainda lhe dariam mais altos títulos (se ele os aceitara) a respeito da sujeição de cativos, e o império do Senhor"⁴. Como foi há pouco observado por um historiador brasileiro, era João Maurício um verdadeiro *grand seigneur* que só se sentia bem morando num palácio espaçoso, ou

(3) Cf. o chamado "testamento político" de João Maurício (6 de maio de 1644) em Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 373-83; Calado, *Valeroso Lucideno*, pp. 42 e 129.

(4) Calado, *Valeroso Lucideno*, pp. 46 e 123. João Maurício tornia-se príncipe genuíno em novembro de 1652, quando o imperador Fernando III fez-lo príncipe do Santo Império Romano.

num Estado de vastas dimensões. Ele fez construir duas casas de campo na ilha de Antônio Vaz, onde fundou a nova cidade de Mauritsstad, uma das quais ficou sendo chamada, em holandês, "Vrijburg", enquanto a outra recebeu o nome português de "Boa Vista". Nas páginas do *Valeroso Lucideno*, dá-nos Fr. Manuel Calado/uma amena descrição de João Maurício e de seus gostos principescos.

"Andava o Príncipe Conde de Nassau tão ocupado em fabricar a sua nova cidade, que para afervorar aos moradores a fazerem casas, êlê mesmo, com muita curiosidade, lhe andava deitando as medidas, e endireitando as ruas, para ficar a povoação mais vistosa, e lhe trouxe a entrar por meio dela, por um dique, ou levada, a água do rio Capivaribe a entrar na barra, por o qual dique entravam canoas, batéis e barcas para o serviço dos moradores por debaixo das pontes de madeira, com que atravessou em algumas partes êste dique a modo de Holanda, de sorte que aquella ilha ficava tôda rodeada de água; também ali fez uma casa de prazer, que lhe custou muitos cruzados, e no meio daquelle areal estéril e infrutuoso plantou um jardim, e tôdas as castas de árvores de fruto que se dão no Brasil, e ainda muitas que lhe vinham de diferentes partes, e à força de muita outra terra frutífera, trazida de fora em barcas rasteiras, e muita soma de estérco, fez o sítio tão bem acondicionado, como a melhor terra frutífera; pôs neste jardim dois mil coqueiros, trazendo-os ali de outros lugares, porque os pedia aos moradores, e êles lhos mandavam trazer em carros, e dêles fez umas carreiras compridas, e vistosas, a modo da alameda de Aranjúes, e por outras partes muitos parreirais, e tabuleiros de hortaliças, e de flores, com algumas casas de jogos, e entretenimentos, aonde iam as damas, e seus afeiçoados a passar as festas no

(5) Gonçalves de Melo, *Tempo dos Flamengos*, p. 95.

verão, e a ter seus regalos, e fazer suas merendas, e beberetes, como se usa em Holanda com seus acordes e instrumentos; e o gôsto do Príncipe era que todos fossem mostrar as suas curiosidades, e êle mesmo por regalo as andava mostrando, e para viver com mais alegria deixou as casas aonde morava, e se mudou para o seu jardim com a maior parte de seus criados.

"Também ali trazia todas as castas de aves, e animais que pôde achar, e como os moradores da terra lhe conheciam a condição e o apetite, cada um lhe trazia a ave, ou animal esquisito que podia achar no sertão; ali trazia os papagaios, as araras, os jacus, os canindês, os jaburus, os motuns, as galinhas de Guiné, os patos, os cisnes, os pavões; de perus e galinhas grande número, tantas pombas, que não se podiam contar, ali tinha os tigres, a onça, a sussuarana, o tamandú, o bugio, o quati, o sagüí, o apera, as cabras do Cabo Verde, os carneiros de Angola, a coita, a paca, a anta, o porco javali, grande multidão de coelhos, e finalmente não havia coisa curiosa no Brasil que ali não tivesse, porque os moradores lhas mandavam de boa vontade, por a boa inclinação que viam de os favorecer, e assim também lhe ajudaram a fazer as suas duas casas, assim esta do jardim onde morava, como a da boa vista sobre o Capivaribe aonde ia muitos dias passeando para se recrear, porque uns lhe mandavam a madeira, outros a telha, e o tijolo, outros a cal, e finalmente todos o ajudaram no que puderam; e êle se mostra tão agradecido, e favorecia de sorte aos portugueses, que lhes parecia que tinham nêle um pai, e lhes aliviava muito a tristeza, e a dor de se verem cativos".

(6) Calado, *Valeroso Lucideno*, pp. 52-53. Deixei em sua forma portuguesa original os nomes de algumas aves e outros animais que não pude identificar com segurança. [Nota do tradutor. O trecho, aqui literalmente transcrito, achase as páginas 119 a 121 do tomo I da edição "Gifhura", São Paulo, 1943].

Frei Manuel Calado não exagerava a popularidade de que gozava João Maurício entre os portugueses de Pernambuco e não foi sem razão que eles apelidaram de Santo Antônio o príncipe herege, mas cheio de humanidade. Como acima ficou dito, o princípio seguido por João Maurício no trato com os moradores era a sua convicção de que se eles fóssem tratados com brandura e consideração seriam mais fáceis de conduzir e obedientes à Companhia do que eram os próprios colonos holandeses. "Sei por experiência", escreveu ele em seu "testamento político" de 1644, "que os portugueses são um povo para quem as boas maneiras e a consideração têm muito mais valor do que o dinheiro e os bens". Nisso não andava errado, e sua política deu seguramente bons resultados durante todo o tempo em que ele se manteve no pósto. Não eram os portugueses ingratos ou distraídos. Pouco depois da restauração da independência de Portugal, mas antes de se saber em Lisboa da traiçoeira conquista de Luanda, o rei D. João IV, com toda seriedade, pensou em convidar João Maurício para comandante-chefe das forças portuguesas e seus aliados na luta contra os espanhóis, que eram o inimigo comum⁸. Mesmo depois de haver João Maurício partido do Brasil, e numa época em que, tanto no papel como na realidade, lavrava a guerra entre Portugal e as Províncias Unidas, nenhuma crítica articularam contra o seu procedimento os mordazes panfletários, que caso contrário não o teriam poupado. Abstraindo das indiretas de Fr. Calado contra a sua inte-

(7) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, p. 378. *RIHGB*, LVIII, p. 230. As particularidades dos portugueses produziram impressão semelhante em outros nórdicos daquela época. Cf. os comentários dos feitores da Companhia da Índia em Surat, referidos por W. Foster [ed.], *The English Factories in India*, 1637-1641, p. 204; *ibid.*, 1642-1645 (Oxford, 1912-13), p. 210.

(8) O marquês de Montalvão a João Maurício (12 de março de 1642), em Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 306-7; *RIAGP*, n.º 34 (1887), pp. 54-55.

gridade em matéria financeira — e ninguém a sério poderá esperar da parte de um governador colonial daqueles dias integridade nesse terreno — as referências feitas a João Maurício nos trabalhos portugueses da época são muito favoráveis, a não ser no caso da conquista traçoira de Angola e do Maranhão.

Nada nos dá idéia mais clara da política conciliatória de João Maurício do que as atas da assembléia legislativa que ele tomou a iniciativa de convocar em agosto de 1640, e bem assim o seu testamento político, ou sejam as normas que traçou aos seus sucessores, quando de volta para a Holanda, em maio de 1644. Por essas fontes, bem como pelas minutas das reuniões do consistório calvinista do Brasil, podemos acompanhar o desenvolvimento da política esclarecida de João Maurício no que respeita à tolerância em matéria de raça e de religião, e verificar até que ponto foi ela bem sucedida.

Já demos, páginas atrás (págs. 100-103), um apêndice das reformas e medidas administrativas tomadas por João Maurício para limpar as "cavalarças de Augias" que era a cidade de Recife; todavia, o resultado alcançado não foi tão brilhante como fazem supor Barlaeus e outros panegiristas. Por um relatório enviado aos Heeren XIX, vê-se que muitos dos abusos que se praticavam em 1636 longe ainda estavam de desaparecer nos anos subsequentes⁹. Com efeito, a denúncia de Quelen, relativa à venalidade da justiça holandesa de Recife, apresenta flagrantes pontos de contacto com a comparação de Olinda com Sodoma e Gomorra, feita por Fr. Calado na década anterior. Quelen teve o cuidado de excluir João Maurício de qualquer participação nesses abusos, afirmando expressamente que tanto os moradores portugueses como os soldados holandeses estavam certos

(9) A. van Quelen, *Kort Verhael vanden staet van Fernambuc* (Amsterdam, 1640). Na edição francesa vinda a lume no mesmo ano, o nome do autor é dado como De Guelen, mas eu preferi a outra forma, visto como tôdas as minhas citações são do holandês.

de obter justiça e benevolência, caso conseguissem chegar até elle. A dificuldade estava em que, de um lado, magistrados corruptos, officiais de justiça e beaguins se interpunham entre João Maurício e os moradores, enquanto que, do outro lado, os funcionários holandeses mais graduados se esforçavam por impedir que elle mitigasse os rigores do tribunal militar para com os seus homens. Uma das reformas sugeridas por Quelen era que, uma vez por ano, os lavradores mais importantes e moradores outros se reunissem em conclave na cidade de Olinda, ocasião em que se discutiriam os seus agravos e adoptar-se-iam as medidas necessárias. Se a idéia foi do próprio Quelen, ou (como parece mais provável) se veio de João Maurício, isso não sei responder; o fato é que João Maurício convocou uma assembleia legislativa composta de moradores eleitos representantes das capitânicas de Pernambuco, Iammaracá e Paratiba, a qual funcionou entre 27 de agosto e 4 de setembro de 1640^o.

Em seu discurso de abertura, fêz João Maurício notar que a vitória de janeiro de 1640, obtida "sem dano para o povo", havia trazido a paz para Pernambuco. Mas, a despeito de tudo, continuava a colônia inquinada por "muitos abusos, costumes contra a natureza, insolências oppressivas, assaltos de ladrões, mau comportamento da soldadesca e desobediência por parte dos moradores. Tudo isso, supomos nós, resultado da pouca estima que os portugueses têm pelos neerlandeses". João Maurício chegou a dizer que elle e os seus conselheiros, pelo contrário, desejavam ardentemente mostrar a sua boa vontade para com os portugueses. Por esse motivo é que haviam convocado esta assembleia de influentes notabilidades com o fim de discutir os agravos existentes, "e acudir com os remédios mais efficazes, de acôrdo com a sua

(10) As atas da assembleia foram publicadas na obra (em tradução portuguesa) pela RIAGP, V, pp. 173-238; cf. *RIAGP*, VI, pp. 117-39.

aprovação e desejo". Finalizou instando para que todos se pronunciassem sem qualquer constrangimento e pedindo a Deus que os inspirasse.

Isso os representantes prometeram fazer, assinalando-se as deliberações dessa corporação — a primeira (e por muito tempo a única) assembleia legislativa da América do Sul — por uma franqueza e bom senso, que muito recomendavam ambas as partes. Ficou assentado, por exemplo, que se restituiriam aos moradores as armas que lhes tinham sido confiscadas no tempo da armada do conde da Torre, a fim de que elles pudessem defender-se e bem assim as suas lavouras, contra os assaltos dos bandoleiros, dos soldados desertores e dos escravos revoltados. Entretanto, isso não os punha na obrigação de usar essas armas contra os guerrilheiros portugueses, não obstante os prejuizos que elles estavam causando aos holandeses. Firmaram-se também ajustes a fim de que as guarnições holandesas e os donos das fazendas se auxiliassem mutuamente no combate aos salteadores e na captura dos escravos fugidos. As autoridades holandesas prometeram ainda instituir patrulhas permanentes (em parte pagas pelos moradores) encarregadas de coibir as requisições não autorizadas de mantimentos por parte dos seus próprios soldados, e de fazer com que estes últimos não opprimissem os lavradores. Sabemos por outras fontes que os soldados holandeses, cujos soldos e rações eram pagos geralmente com atraso, cometiam muitas vezes excessos, tais como a morte de um boi, com fim exclusivo de lhe comer a lingua — crime particularmente grave numa comunidade como aquella, em que se dependia pouco menos do trabalho dos bois que do dos negros escravos¹¹.

(11) Quelen, *Kort Verhael*, p. 13. Com referência às relações entre negros e bois, cf. *Verhael, Nordeste. Aspectos da influencia da canga sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil* (Rio, 1937), pp. 89, 101-8.

Tomaram João Maurício e seus conselheiros conhecimento das muitas queixas feitas contra os oficiais holandeses subalternos, tais como oficiais de justiça e xerifes, os quais se mostravam muito inclinados a abusar de seus poderes com relação aos moradores, além de serem provincialmente venais. Medidas coercitivas foram propostas e aprovadas contra estes tiranetes, embora ficasse provado que era coisa muito diferente, e nada fácil, fazê-las executar. Tomaram-se também decisões com o fito de apressar a administração da justiça nos foros locais e de facilitar as apelações feitas aos tribunais superiores de Recife. Incluíram-se nestas resoluções a redução dos emolumentos e a permissão concedida aos portugueses de demandar em sua própria língua. Foram também tomadas outras resoluções com o fito de simplificar o recolhimento dos impostos e taxas, e de impedir abusos por parte do fisco.

É bem verdade que muitas dessas reformas, quanto houvesse João Maurício estatuído explicitamente que teriam sanção legal a partir daquela data, só a con-tragosto puderam ser executadas, ou nem mesmo chegaram a sê-lo; outras dependiam de confirmação pelos Heeren XIX, que nem sempre estiveram de acôrdo. Não há dúvida, porém, de que a situação começou pouco a pouco a melhorar, mormente depois de março de 1641, quando a Bahia deu a ordem para suspender as guerrilhas. De qualquer maneira, a opressão e a extorsão de que se queixavam os moradores no campo judicial, fiscal e administrativo pouco piores eram do que os abusos que eivavam o oficialismo português no Brasil. As normas e as idéias dos administradores coloniais do século XVII eram muito diferentes das dos dias atuais, e a comparação das queixas feitas pelos lavradores do Brasil português com as que fazia a mesma classe no Brasil holandês mostra claramente que é como se num caso se tratasse de seis e no outro de meia dúzia. Quem a este respeito tiver

dúvidas deverá ler algum dos sermões em que o P. e Antônio Vieira denuncia a rapacidade de que davam mostras na Bahia os funcionários e legisladores da coroa, ou senão lançar os olhos à *Arte de Furtar*, obra-prima de sátira, atribuída geralmente ao referido jesuíta, mas quase com certeza obra de D. Antônio de Sousa Macedo¹². Os moradores de Pernambuco sabiam que tinham em Maurício um governador geral que se fôsse brasileiro, filho de pais portugueses, dificilmente se preocuparia mais com o seu bem-estar. Pouco se pode duvidar da espontaneidade da petição por eles endereçada aos Heeren XIX por ocasião do conclave de 1640, em que pediam a sua continuação no poder, por tempo indeterminado.

Por tudo isso, a corrupção oficial e a incompetência administrativa não constituíam necessariamente um obstáculo permanente à aceitação do jugo holandês, muito embora esteja fora de dúvida que (tudo o mais sendo igual) o povo aceitaria mais depressa a opressão exercida por um de seus próprios conterrâneos do que a que lhe fôsse imposta por estrangeiros. Problema muito mais sério era o decorrente da diferença de religião. Isso representava uma linha divisória entre portugueses e holandeses que nem sempre conseguiam apagar a tolerância e o tato de João Maurício, muito embora houvesse êle alcançado mais nesse terreno do que outra qualquer pessoa. Havia inevitavelmente um grande abismo entre os portugueses católicos e os holandeses protestantes; mas a posição de João Maurício se tornava tanto mais difícil quanto a Companhia das Índias Ocidentais era essencialmente uma criação dos calvinistas militantes, ou seja do

(12) "Sermão da visitação de Nossa Senhora" (1640) e "Sermão da domingo vigésima segunda, post pentecosten" (1653), em *Obras Escolhidas* (ed. Sérgio-Cidade), X, pp. 104-10, 130-1. A. Pena Junior, *A Arte de Furtar e seu autor* (2 vols., Rio, 1946). Cf. também *Atas da câmara da cidade do Salvador, Bahia: 1625-1659* (3 vols., Bahia, 1944-9), *passim*.

partido Contra-Remonstrante, que encarava qualquer tolerância para com o papado como um conchavo com a "Grande Meretriz da Babilônia".

Verdade é que não só a carta original da Companhia das Índias Ocidentais, como as solenes promessas feitas aos moradores do Brasil em 1624, 1630 e 1635 garantiam enfaticamente aos católicos liberdade de consciência e um certo grau de liberdade de culto. Mas essas concessões foram sempre olhadas de esguelha por muitos calvinistas zelosos, especialmente na Zelândia, onde os devotos da "verdadeira religião cristã" dispunham de forte representação. Uma dessas mais influentes sentinelas postadas nas tôrres de vigia de São, o reverendo Godfried Udemans, argumentava em seu *Spiritual Rudder* que era um contra-senso e uma ilegalidade prometerem os holandeses liberdade de culto aos portugueses católicos das colônias arrebatadas à coroa lusitana¹³. Era na verdade uma ironia que os calvinistas mais extremados e rígidos se tivessem tornado senhores no Brasil de uma vasta população de católicos não menos fanáticos do que eles.

Frei Manuel Calado menciona muitos exemplos da brandura de João Maurício com os padres e frades de Pernambuco, ao mesmo tempo que os documentos holandeses nos dão também a prova de como êle rejeitou ou deixou de lado as repetidas solicitações feitas pelo consistório calvinista com o fim de tornar mais efetivo o refreamento da "superstição e idolatria papais". O próprio João Maurício convidou Fr. Calado a morar em seu palácio, e quando o frade polidamente o recusou, o príncipe insistiu para que morasse perto dele e o visitasse com frequência, o que, de fato, Calado passou a fazer. Foi dado também ao frade o consentimento para dirigir missa no recinto fechado pelos portões da casa governa-

(13) G. Udemans, *'T Geestlijk Roer* (Dordrecht, 1655), pp. 311-13, 375 e ss.

mental. Outros testemunhos eloqüentes da política tolerante e compreensiva de Maurício de Nassau em matéria religiosa são dados pelo vigário-geral Gaspar Ferreira, adversário de Calado, pelos jesuitas (ainda que fossem normalmente excluídos dos favores dela) e pelos frades capuchinhos. Assim escrevera um dos últimos ao Colégio da Propaganda Fide, de Roma: "Bendito seja Deus por ter dado ao príncipe que governa esta terra uma disposição de ânimo tão benévola que o faz encorajar-nos com a sua brandura, a ponto de, em vez de opor-se aos nossos projetos, esforçar-se, pelo contrário, na medida do possível, para que êles tenham prosseguimento. Ornarn indistintivamente êsse príncipe tôdas as virtudes naturais, fazendo-o muito compadecido e generoso para com todos. Não manda demolir as nossas igrejas nem dirige ameaças contra os católicos, mas, pelo contrário, mostra-se pacífico e bondoso. Temos que para ser um homem perfeito falta-lhe apenas a luz da verdadeira fé"¹⁴.

Bastante penosa deveria ser naturalmente para João Maurício a tarefa de defender os católicos contra os predicantes, que incessantemente procuravam cecear a liberdade religiosa formalmente garantida aos moradores. O consistório não tinha como recusar-lhes a liberdade de consciência, visto achar-se ela garantida por uma cláusula na carta da Companhia e destrutarem-na nas Províncias Neerlandesas Unidas os católicos romanos; mas a liberdade de exercer públicamente o culto era algo que não estavam muito dispostos a tolerar. Em 1638, por exemplo, queixou-se o consistório "da grande liberdade concedida aos papistas, mesmo onde êles se haviam rendido incon-

(14) Calado, *Valeroso Lucidano*, pp. 42, 47-49, 51-52, 62-64, 133; Fr. Colombe de Nantes, O.F.M., Cap., para a Propaganda Fide, 25-VIII-1643, publicado por Fr. F. Leite de Faria, O.F.M., Cap., em *Brasília* (Coiabira, 1954), IX, pp. 63-64; Gonçaves de Mello, Fr. *Manuel Calado do Salvador* (Recife, 1954), pp. 63, 87-93, 105-7; Serafim Leite, S. J., *História*, V, pp. 394-5.

dicionalmente". Frisavam os predicantes que aos monges e frades era "permittedo viver em seus claustros, receber livremente as suas rendas e fazer os casamentos dos neerlandeses etc." Pediam a João Maurício para sustar essas práticas, uma vez que nenhuma dessas liberdades era concedida aos católicos nas Sete Províncias.

João Maurício adotou uma sábia política de indiferença perante essas queixas, como teve a ocasião de esclarecer em seu testamento politico de 1644. Respondendo cortésmente aos predicantes prometeu coibir tôdas as atitudes católicas não autorizadas; mas, na verdade, esquivou-se a providenciar nesse sentido continuando a auxiliar e proteger, de maneira mais ou menos clandestina, tanto Calado como os capuchinhos. Por isso não é de admirar que essas queixas contra o excesso de liberdade concedido aos portugueses para celebrar os ritos de sua religião se repetissem todos os anos durante a administração de João Maurício¹⁵. O governo prometera muitas vêzes lançar mão de medidas coercitivas, mas só o fez muito raramente. Uma dessas raras ocasiões ocorreu em 1640. Havia João Maurício dado aos moradores a permissão de reconstruir a capela de Olinda, que estava em ruínas, apesar de já existirem ali uma igreja e dois conventos. Não obstante, quando o trabalho ficou pronto, os ministros calvinistas tomaram o templo à força para uso dos protestantes, isso, ao que parece, com o apoio de alguns membros do conselho governamental¹⁶.

A tolerância religiosa de João Maurício estendia-se aos próprios judeus, embora fossem o ódio, a zombaria e o menosprezo aos judeus o único ponto em que predicantes e frades estavam de acôrdo. Dá-nos Fr. Calado conhecimento de que em Recife os judeus se reuniam

(15) "Classicale Acta van Brazillië, 1636-1644," em *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXIX, p. 328, 331-3, 347-8, 361, 363, 375, 393-4, 400-1, 410-11.

(16) "Classicale Acta van Brazillië," op. cit., pp. 347-363; Quelen, *Kort Verhael*, p. 17.

públicamente para o culto, em duas sinagogas; por outro lado, o consistório calvinista protestava contra a tolerância adotada para com as práticas de religião judaica, quase com a mesma freqüência com que o fazia contra a "idolatria papista". Queixavam-se os pregadores de que aos judeus do lugar se permitisse casar com cristãos, converter cristãos ao judaísmo, circuncidar cristãos, empregar êstes últimos como criados em suas casas, e ter como concubinas mulheres cristãs. Entendia o consistório que era obrigação de João Maurício e de seu conselho sustar essas práticas não autorizadas, atento o igual escândalo que provocavam entre protestantes e católicos. Só em Pernambuco, clamavam êles, gozam os judeus de liberdade ilimitada, ao passo que em tôdas as outras partes do mundo estavam sujeitos a certas restrições. João Maurício fingia ignorar êses e outros protestos subsequentemente lançados; sem embargo, quando algum judeu se excedia, criticando públicamente a religião católica, a êles se applicavam severas reprimendas. O juízo dos judeus sobre a attitude de João Maurício ficou claramente expresso em 1642, quando o seu representante cientificou os Heeren XIX "de que se lhes fôse necessário pagar a permanência de Sua Excelência nesta terra, nenhum preço achariam demasiado elevado para isso, ainda que se tratasse de seu próprio sangue, contanto que o pudessem reter"¹⁷.

Uma vez que as crenças religiosas dos negros e dos ameríndios (tais como eram) estavam virtualmente fora da interferência das autoridades, pode-se afirmar que durante os anos de governo de João Maurício a liberdade

(17) *Classicale Acta van Brazillië*, op. cit., pp. 329, 343, 348, 361, 386, 400; A. Wiznitzer, *The Records of the earliest Jewish community in the New World* (New York, 1954), pp. 23-24; P. J. Bouman, *Johan Maurits*, p. 74; carta dos chefes da comunidade judaica, de 1.º de maio de 1642, reproduzida em fac-símile por A. Wiznitzer em *Aonde Vamos? Semandrio judaico independente do Brasil*, n.º 589 (Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1954).

religiosa de que gozava o Brasil neerlandês era maior do que a existente em qualquer outra parte do mundo ocidentais. Só isso era o bastante para fazê-lo merecedor de fama e renome duradouros. Infelizmente, porém, estava êle muito avançado para a sua época, e apesar de haver conseguido conservar em paz durante sete anos as duas facções rivais da Cristandade, não lhe foi possível, ainda assim, reparar de modo permanente a brecha aberta pela Reforma entre católicos e protestantes. Se houvesse ficado por mais tempo, ou se fôsse sucedido por outro homem da mesma envergadura, maiores teriam sido talvez os resultados alcançados; mesmo assim, é isso duvidoso. Os esforços dos ministros protestantes para converter os moradores, como êles foram os primeiros a reconhecer, falharam completamente, jamais havendo os portugueses olhado para a religião dos intrusos hereges senão com desprezo. Já os frades, pelo contrário, foram muito mais bem sucedidos na conversão de inúmeros holandeses, de um e outro sexo. Os holandeses que se casavam com mulheres da terra, o que aliás muita vez acontecia a despeito dos poucos atrativos que tinham as pernambucanas, adotavam quase sempre a religião de suas espôsas¹⁹. A maior parte dos mercenários da Companhia das Índias Ocidentais eram também católicos romanos, ou senão criptocatólicos, de modo que com êles os frades nunca tiveram dificuldades; enquanto isso, muito mais numerosos do que geralmente se pensa eram nessa época os holandeses católicos. Apesar de tudo, permanecia o abismo entre os adeptos de cada um dos dois credos, que mutuamente se excluíam e guerreavam. João Maurício havia entendido sobre êle uma ponte, mas a sua parvida para a Europa

(18) Sob este ponto de vista a maioria dos países asiáticos ficava em situação favorável se comparados aos europeus. Cf. S. Sen [ed.], *Indian Travels of Thevenot and Careri* (Nova Delhi, 1949), pp. XLI-XLII.

(19) Para alguns exemplos concretos veja-se Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, pp. 166-70.

em 1644 suprimiu essa ponte, dando lugar a que a fenda ficasse mais larga do que nunca.]

* Outra barreira entre portugueses e protestantes era a constituída pela profunda diferença existente entre os costumes e a vida social de uns e outros. Tomemos, por exemplo, as atitudes que respectivamente adotavam com relação ao vinho e às mulheres. Embora Portugal fôsse uma nação vinícola, os portugueses eram (e ainda o são) tidos como abstêmios. O capelão da feitoria inglesa em Lisboa no último quartel do século XVII, com tôda justiça, observara: "Penso que nenhum povo da Europa é menos inclinado do que êste ao vício imperdoável da embriaguez, mormente em se tratando de pessoas de qualidade, pois todos quantos prezam o seu nome mostram grande aversão pelo vinho"²⁰. O contrário dêse com a Holanda, onde apesar de não se produzir vinho algum, é êle mais barato, mais abundante e mais apreciado do que em muitos países em que se usa essa bebida²¹. O famoso governador de certa colônia holandesa, referindo-se aos seus compatriotas do Oriente, escreveu que "a nossa nação precisa beber, para não morrer", enquanto que outro contemporâneo, bastante viajado, observou que a maioria dos funcionários da Companhia das Índias Ocidentais "outra coisa não sabiam senão beber até ficarem embriagados"²². Já vimos com que horror Fr. Manuel Calado, presenceava as apostas

(20) J. Colbatch, *An Account of the Court of Portugal* (Londres, 1700), I, pp. 4-5.

(21) *Aenwysinge dat men van de VOC em WIC een compagnie dient the maechen* (Haia, 1644), pp. 8 e 12. Cf. V. Barbour, *Capitalism in Amsterdam in the 17th century*, pp. 92 e 96.

(22) "...want onse natie drinken ofte sterven moeten" (H. T. Colenbrander [ed.], *Jan Pieterzoon Coen. Beschiedten*, I, p. 489); "sulke narren in't Landt suenden, die niet en wisten als van droncke drinken" (D. P. de Vries, *Korte Historica*, Hooft, 1655; ed. Linschoten Vereeniging, p. 178).

entre bebedores, jovialmente presididas por João Maurício, o que não significa que proezas com o copo fôsse a única arte cultivada pelos holandeses no Brasil.

No que tange às mulheres, a atitude dos portugueses em relação ao belo sexo era tida como demasiado zelosa e restritiva até pelos espanhóis, os quais, todavia, à semelhança de seus vizinhos, talvez tenham herdado dos séculos de ocupação mourisca as suas idéias no tocante ao isolamento das mulheres²³. Por outro lado, nas Províncias Unidas as mulheres gozavam provávelmente de mais liberdade do que em qualquer nação europeia daquele tempo. Observadores estrangeiros freqüentemente fizeram reparo em que a maioria dos holandeses não só discutem com suas mulheres, na intimidade, assuntos relativos aos negócios e ao Estado, como também bebem livremente com elas, em público²⁴. Isso fazia, por certo, o maior contraste possível com os hábitos portugueses. Em sua *Descrição do reino de Portugal* (Lisboa, 1610), assegura-nos o cronista Duarte Nunes de Leão que as mulheres que bebiam vinho eram postas na mesma categoria das que cometiam adultério. João Maurício e seu conselho escreveram em 1638 que os moradores da terra ocultavam ciumosamente as suas espôsas, "reconhecendo assim que os homens de sua raça eram dados à cobiça das mulheres de seus semelhantes". As mulheres, via de regra, perdiam os dentes muito cedo e, devido à sua vida sedentária, não eram tão trabalhadoras como as holandesas, andando com os seus *chapiens* (sapatos de cortiça, de salto alto),

(23) Cf. Tirso de Molina, *Amor Médico*, citado em *Bíblis*, XXIV (Coimbra, 1948), p. 28; Tomé Pinheiro da Veiga, *Fastígima* (ed. Porto, 1911), pp. 37-38, 44, 82-83, 143-7, 153, 268; D. Francisco Manuel de Mello, *Carta de Guia de Casados* (ed. Lisboa, 1615), pp. 76-77, 79-80, 99-100.

(24) Referido por vários observadores da época, entre os quais Fr. Manuel Calado, Francisco de Sousa Coutinho ("segundo a máxima framença em todos os tempos de dar muita mão à mulher", *correspondência Diplomática*, II, p. 59) e Sir William Temple.

como se tivessem cadeias nas pernas. Só saíam cobertas, e eram carregadas numa réde com um tapéte estendido por cima, ou senão escondidas dentro de uma cadeirinha, de modo que se enfeitavam para ser vistas apenas pelos seus íntimos. Quando iam fazer visitas, avisavam previamente; a dona da casa sentava-se então num bonito tapéte turco estendido no chão, à espera das amigas, que se sentavam também ao lado dela, com as pernas cruzadas à moda dos alfaiates, e tendo os pés encobertos, como se tivessem muita vergonha de mostrá-los a quem quer que fôsse²⁵.

A diferença existente entre holandeses e portugueses resalta claramente do seguinte episódio, relatado por Fr. Manuel Calado. Uma comissão de mulheres de agricultores procurou João Maurício, pedindo-lhe, de joelhos, para poupar a vida de Dona Jerônima de Almeida, "mãe de nove filhas já quase mulheres perfeitas, e três filhos", que tinha sido condenada à morte por haver dado abrigo a guerrilheiros. "O Príncipe João Maurício Conde de Nassau recebeu estas mulheres com alegre semblante (que o tinha para todos) e as fêz levantar da terra com muita cortesia, e lhes disse que se soubera que havia de ter tão formosas e honradas hóspedes estaria preparado com um banquete, segundo elas mereciam, porém já que o haviam tomado de sobresalto as convidava a jantar com êle com a sua mesa ordinária; elas lhe beijaram a mão por a mercê, e favor, e lhe responderam, que o banquete que elas vinham buscar a sua casa era, que achando graça em seus olhos, fôsse servido S. Excelsência de acudir a tão grande crueldade, e perdoar a Dona Jerônima; e que o jantar à sua mesa haviam por

(25) "Somier Discours over de vier geconquesteerde capitania's, 14 de janeiro de 1638", em *Bijdr. Hist. Gen. Utrecht*, II, pp. 287-317. Cf. pp. 173-4 da tradução portuguesa publicada na *RIAGP* n.º 34 (1887), que é preferível ao original holandês, cujo texto está eivado de erros tipográficos.

recebida a mercê, porém que não era uso, nem costume entre os portugueses comerem as mulheres, senão com os seus maridos, e ainda com estes era quando não havia hóspedes em casa (não sendo pai ou irmãos) porque nestes casos não se vinham assentar à mesa; porém que aquêle favor que S. Excelência lhes oferecia tinham elas pôsto no íntimo de seus corações. O Príncipe ficou satisfeito com a cortês e honrada resposta, e as despediu dizendo que no despacho de sua petição faria tudo o que pudesse, e com isto as despediu, vindo-as acompanhando até o tópo de sua escada; e logo passou um decreto, em como êle perdoava a sentença de morte de Dona Jerônima de Almeida, por autoridade, e poder que tinha de Governador, e Capitão General de Pernambuco, e das mais Capitânicas conquistadas, e sujeitas aos Estados de Holanda"²⁶.

Embora muitos holandeses se casassem com pernambucanas, afirma Fr. Calado que não havia um único exemplo de portugueses, que tendo tido relações amorosas com uma mulher herege, viesse a desposá-la. Manuel de Oliveira Lima, historiador brasileiro do século XIX, diz com galanteria estar certo de que o frade fez neste particular uma injustiça aos seus conterrâneos; mas, seja como fôr, a verdade é que a maioria dos holandeses que se casavam com mulheres da terra mostravam-se inclinados a identificar-se mais depressa com a religião e a pátria de suas esposas do que com a da sua própria. Não sabemos dizer até onde teria ido este processo, ou qual dos dois lados da família eventualmente escolheriam os filhos desses casais, pois a colônia, em tôda a sua existência, teve apenas uns três anos de paz ininterrupta. Parece todavia provável que êsses casamentos mistos teriam aumentado de número e se multiplicado se a

(26) Calado, *Valeroso Lucidano*, p. 63. [Notas do tradutor: págs. 138 e 139 do tomo I da edição "Cultura", São Paulo, 1943.]

revolta de 1645 não viesse sustar bruscamente a marcha do processo. Podemos acrescentar que João Maurício, embora houvesse evitado sempre o juízo matrimonial²⁷, não passou sem os seus amôres no Brasil. Se podemos dar crédito ao que a este respeito nos conta Fr. Manuel Calado, êle atraçou a sua primeira amante, Margaret Soler, com a filha do comandante da guarnição local, disso resultando morrer de tristeza a infeliza Margaret²⁸.

Como é fácil imaginar, João Maurício encontrou muita dificuldade em harmonizar os interesses dos lavradores portugueses e dos moradores com os dos invasores holandeses, fôsem êstes últimos funcionários, comerciantes, colonos, ou soldados. Desde que a colônia era virtualmente país ocupado, onde o grosso da população se conservava velada ou abertamente hostil, encarecia João Maurício a necessidade de pagar bem a guarnição, trazê-la bem alimentada e aguerrida. Mostrava que, se isso fôsse feito, os soldados não feriam nenhuma desculpa para assaltar os moradores e poderiam ser mantidos em suas guarnições sob rigorosa disciplina. Infelizmente, os diretores não dispunham de dinheiro suficiente para pagar pontualmente as suas tropas nem para racional-las como convinha; procuravam por isso economizar, reduzindo as guarnições e atendendo mal às necessidades de substituição. Os pagamentos eram demorados e os atrassados iam consequentemente se acumulando; contudo, a culpa disso não lhes cabia necessariamente, mas vinha

(27) "Mauritius nooit vast aent' juk der vrouwen", como contou Vondel em 1660.

(28) Calado, *Valeroso Lucidano*, p. 128. O pai de Margaret, Vincent Joachim Soler, foi a principio um frade valenciano da ordem de Santo Agostinho, que renunciou ao catolicismo, convertendo-se ao calvinismo, de que foi ministro. Sua *Cort ende sonderingh verhael* (Amsterdam, 1639) é uma das narrativas mais curiosas referentes à colônia. Cf. G. G. S. de Mello, *Tempo dos Flamengos* (Índice in voce Soler), e J. H. Rodrigues, *Historiografia e Bibliografia*, n.º 436.

principalmente do fato de não receberem a tempo, ou por inteiro, os subsídios das províncias.

Aos que concluíam o seu tempo de serviço, procuravam os diretores persuadir que continuassem no Brasil como colonos, em vez de tornarem à Holanda para dar baixa, isso com o duplo objetivo de obter colonos afeitos ao clima tropical, e de poupar o dinheiro das passagens de volta. Bom número dêles assim fêz, e outros teriam feito o mesmo se houvessem recebido o que se lhes devia, coisa que era raro verificar-se. Era sistema da Companhia segurar uma parte do pagamento, como garantia de bom comportamento de seus homens e precaução contra as deserções, até findar o prazo de serviço (geralmente três anos), ocasião em que, é de supor-se, receberiam o saldo. Na realidade, as contas dos soldados eram muitas vezes manobradas pelos próprios pagadores, ou pelos funcionários da Companhia, que nelas descontavam roupas e outros pertences, calculados em base fictícia. Em consequência disso, muitos soldados que depois de longos e fiéis serviços esperavam voltar para a Holanda com um bom saldo a seu favor, verificavam que pouco ou nada tinham a receber.

É natural que os que voltavam para a Europa freqüentemente se mostrassem indignados, e dissuassem com as suas queixas, os que aspirassem a ser recrutados, aconselhando cada qual a não ir para o Brasil. As normas adotadas na colônia pelo tribunal militar holandês eram por igual excessivamente rigorosas, contando-se que, antes da vinda de João Maurício, "não via êle mais dificuldade em condenar à morte um soldado do que em matar uma galinha". João Maurício, com algum êxito, esforçou-se por amenizar êste e outros abusos; mas, embora os soldados compreendessem que "a sua bondade e diligência lhes garantiria as vidas e a honra", a precária situação financeira da Companhia nunca permitiu que os diretores

atendessem satisfatoriamente ao pagamento e manutenção de suas tropas²⁹.

João Maurício zelava muito do bem-estar de seus soldados: mas, se não era um impiedoso *martinet*, nem por isso se mostrava desleixado em matéria de disciplina. Empenhava-se particularmente em impedir que êles roubassem e desrespeitassem os moradores, como de certo estariam dispostos a fazer, se não fôsse coibidos. Os soldados sabiam que a maioria dos moradores havia sempre prestado auxílio e apoio aos bandos de guerreiros vindos da Bahia, motivo pelo qual achavam que tinham o direito de se apropriar do gado, ou de algo mais valioso, conforme as circunstâncias. João Maurício nunca acobertou essas represálias extra-oficiais, punindo-as com severidade sempre que elas chegavam ao seu conhecimento.

Tôdas as nações do norte da Europa estavam bem representadas na soldadesca da Companhia. Pierre Moreau disse que os mais numerosos eram os franceses; mas, em 1642, João Maurício escreveu que, quando teve ordem de dispensar todos que não fôsem de origem alemã, holandesa ou escandinava, a maioria era constituída de ingleses, escoceses e franceses³⁰. Houve um tempo em que a guarnição da Paraíba incluía 150 soldados ingleses, sob o comando de um compatriota, o capitão John Goodlad. Os soldados da Companhia das Índias Ocidentais eram recrutados mediante alistamento voluntário, muito embora os encarregados dêse serviço não raro arrebanhassem também forasteiros desprevenidos e jovens do próprio país. O botânico e naturalista E. Rumphius, que conquistou grande nomeada na Índia, tinha-se alistado, quando moço, para servir na insolada Itália (segundo

(29) Quelien, *Kort Verhael*, pp. 4-5, 16-17.

(30) P. Moreau, *Histoire des derniers troubles du Brésil entre les Hollandais et les Portugais* (Paris, 1651), p. 14; Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flametigos*, p. 195.

êle supunha), mas viu-se a bordo de um navio que se destinava ao ainda mais ensolarado Brasil³¹. Outra fonte permanente de recrutas eram os mercenários dispensados das campanhas da Guerra dos Trinta Anos. Mas os soldados portugueses eram recrutados por meios ainda mais duvidosos, sendo, a libertação dos presos, a maneira habitual de arrebatar alguma carne para os canhões dos campos de batalha coloniais.

† Muitos soldados holandeses aquartelados em Pernambuco casaram-se com mulheres filhas do lugar, e, a despeito de seus hábitos sedentários (ou talvez por isso mesmo), era evidente que davam melhores espôsas e mães do que as holandesas. Estas últimas (isso se dizia abertamente) eram dadas à bebida, traíam os seus maridos e deixavam-se dos filhos. Estado de coisas semelhante verificava-se na Índia, onde as mulheres naturais de Macau e outras eurásianas se tornavam melhores espôsas e mães do que as aventureiras, senão balofas marafonas, que vinham dos Países-Baixos³².

Frederico o Grande observara certa vez que o moral de um exército dependia de seu corpo de oficiais, principio que foi um pouco mais tarde enunciado por Lorde Cornwallis, quando escreveu da Índia ao seu comandante-chefe: "Vossa Excelência deve saber que tódas as tropas são boas ou más, conforme o valor e o esforço de seus officiais". Sob esse ponto de vista, não faltaram à Companhia das Índias Ocidentais bons comandantes, capazes de conseguir o máximo de seus comandados. Pondo de parte o próprio João Maurício, digno de destaque foi Arciszewski; e depois mesmo da remoção do coronel polonês do cenário brasileiro, puderam ainda os Heeren

(31) S. P. L'Honoré-Naber, *De West Indische Compagnie in Brazilië en Guinée* (1930), p. 22.

(32) Cf. P. Coolhaas [ed.], *Jan Pietersz. Coen Beschiedten omtrent zijn verblijf in Indië*, VII, p. 336; cf. *Consulvies de Mello, Tempo dos Flamenços*, pp. 145-7.

XIX contar com alguns officiais da primeira ordem, tendo mais de dez anos de experiência neste terreno. O alemão Von Schoppe, o inglês Henderson e o holandês Van den Brande eram adversários dignos de qualquer espada inimiga; por outro lado, ainda mais afortunada era a Companhia no que respeita ao serviço naval, visto como possuía combatentes da estatura de Lichtart e Houtbeen. Os acontecimentos subsequentes vieram mostrar que em terra os comandantes portugueses eram mais do que competidores de seus adversários; mas isso não era ainda perceptível nos anos de 1637 a 1644. Os chefes militares portugueses podiam ser inexcedíveis nas guerras de emboscada, mas em campo raso difficilmente seriam capazes de deffrontar e bater os seus inimigos. Nessa, como em tantas outras esteras vitais, parecia que os directores da Companhia das Índias Ocidentais estavam mais bem servidos do que o recém-empossado, mas eminentemente inseguro, rei de Portugal.

No que tange ao elemento civil, os holandeses do Brasil podiam ser divididos em duas categorias: os que eram empregados da Companhia (*dienaar*) e os que não o eram (*wijlieden*). O pessoal do Supremo e Secretário Conselho, o Conselho Político e Conselho de Justiça e o Conselho Financeiro eram todos tirados de entre os funcionários assalariados da Companhia. Não se imaginou que esses funcionários se intromettessem no comércio privado, ou applicassem a sua actividade em lavouras de cana, às suas próprias expensas; mas muitos deles assim fizeram. Ficavam abaixo na escala administrativa os conselhos regionais ou municipais, criados em 1637 por João Maurício, em substituição às câmaras portuguesas. Eram esses conselhos organizados de acôrdo com o modelo metropolitano, e se compunham de um chefe holandês e de delegados portugueses, escolhidos pelo governador-geral e respectivo conselho das listas eleitorais regionais que lhes eram enviadas anualmente. Essas corporações locais, tanto exerciam funções municipais como judiciais, mas estas

últimas se limitavam às demandas em que não estivessem envolvidos mais de 120 florins. Aos litigantes assistia o direito de apelar para o Conselho de Justiça de Recife.

As capitâneas conquistadas foram subdivididas em distritos administrativos, seis dos quais pertenciam à de Pernambuco, por ser esta a maior e a mais populosa. Cada distrito era administrado por um *schout* (baillio, xerife), que era um funcionário pago pela Companhia, com a obrigação de ter olhos atentos aos interesses de la no distrito respectivo, e de investigar quaisquer desmandos e abusos. Esses dignitários eram detestados cordialmente pelos moradores, que se queixavam de que eles só faziam uso de sua autoridade para extorquir dinheiro, mediante ameaças de chantagem³³. Dizia-se também que dilapidavam tudo quanto confiscavam em nome da Companhia. Calado dedicou um capítulo e uma poesia a muitos desses deítritos, e, embora possa haver exagero em algumas de suas alegações, o próprio João Maurício admitia que em mais de uma ocasião aquêles funcionários abusaram grosseiramente de seus poderes. Esses tiranetes constituíam o elo mais fraco do sistema de governo, e embora o governador geral e seus conselheiros houvessem uma ou outra vez feito esforços para torná-los mais honestos e eficientes, nunca se chegou a qualquer resultado duradouro. O procedimento intolerável dêles foi uma das principais causas do levante de 1645. Finalmente, os ministros calvinistas, os capelães e os ledores-laicos (*krank-bezoekers* e *ziekentrosters*) eram também pagos pela Companhia das Índias Ocidentais, a qual, como tivemos ocasião de ver, era essencialmente uma organização de contra-remonstrantes, ou calvinistas militantes³⁴.

(33) Tal como faziam os seus homônimos com os católicos nas Províncias Unidas. Cf. Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 171, 379-80, 386, 404. Quelen, *Kort Verhael*, p. 22; P. Geyl, *The Netherlands Divided*, p. 81. Para os excessos que se praticavam no Brasil, cf. também Calado, *Valeroso Lucideno*, bk. III, cap. I.

(34) Para minúcias relativas à administração adotada no Brasil holandês, cf. Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 169-73, 390-4; Wäitjen,

Os comerciantes holandeses, os colonos e os artífices que não recebiam diretamente pela Companhia eram chamados *vrijburghers*, ou *vrijlieden* (cidadãos livres). Muitos dêles eram soldados que, havendo concluído o tempo de serviço, se tinham casado e estabelecido como mascates, retalhistas ou pequenos proprietários, que exploravam lotes, ou *partidas*, de cana, com a ajuda de seus escravos. Todos os cidadãos estavam organizados em companhias de milícias, que podiam ser mobilizadas para reforçar as guarnições, em caso de necessidade. Entre os homens de negócio, alguns eram comerciantes vindos da Europa para trabalhar por conta própria, ao passo que outros não passavam de agentes de negociantes holandeses, ou de firmas comerciais. Outros ainda eram pessoas que haviam emigrado dos Países-Baixos para tentar fortuna no Brasil, fôsse como lavradores de cana, fôsse como trabalhadores manuais ou artífices. Operários especializados, como ferreiros, pedreiros, construtores e sapateiros, podiam ter a certeza de viver bem em Recife, onde em 1639 um mestre de carpinteiro podia ganhar seis florins por dia, e seu ajudante três ou quatro.

Em compensação, falharam quase completamente os esforços feitos para encorajar a imigração de agricultores hábeis, isso por motivos que adiante veremos. O grosso dos imigrantes não se encaminhou para as zonas agrícolas (ou pelo menos nelas não se fixou), onde havia necessidade dêles para substituir os portugueses; estabeleceu-se, pelo contrário, em Recife, cuja população cresceu enormemente, fazendo com que o custo de vida se tornasse desmedidamente elevado. Entre os cidadãos livres havia um bom número de comerciantes prósperos, mas João Maurício se queixava de que entre os imigrantes muitos havia sem nada de seu, ou que para nada serviam. Estes

Holländische Kolonialbreich in Brasilien, pp. 79-215; Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, pp. 71-77, 135-140.

últimos eram simplesmente um pêso morto para a Companhia, visto como não queriam trabalhar fôsse no que fôsse, salvo occupaões parasitárias, como a de taverneiros³⁵. Sem embargo, os cidadãos livres e os comerciantes eram o principal esteio económico de Recife, cujo progresso muito dependia de sua industria e actividade. A maioria das transacções commerciaes passava por suas mãos, visto que as rendas da Companhia provinham principalmente dos direitos, impostos, taxas e fretes, por ela cobrados sôbre todos os embarques e carregamentos, sem falar no monopólio do comércio negreiro, do de pau-brasil e de munições. Se não fôsses as casas construidas pelos cidadãos de Recife, o lugar seria ainda um montão de areia, foi a exclamação de Quelen em 1640, esquecido talvez da contribuição de João Maurício. A situação próspera dos cidadãos livres e dos negociantes de Recife contrastava com a da classe correspondente em Batávia, onde os empregados da Companhia levavam vantagem sôbre ela, não lhe permitindo alcançar jamais posição equivalente.

A comunidade judaica era também de duas espécies no Brasil holandês. Havia os judeus praticantes emigrados de Amsterdam, e os criptojudeus locais, conhecidos também por cristãos-novos, ou marranos, os quaes já eram bastante numerosos sob o domínio português. Muitos da última categoria, mas não todos, haviam renunciado ao catolicismo quando os holandeses se apossaram da colônia, não só aderindo formalmente ao credo judaico, como se submetendo à circuncisão e a outras práticas

(35) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 157 e 159. Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, pp. 156-6. Queixas semelhantes eram externadas contra os soldados que haviam terminado o tempo de serviço, e outras pessoas que se haviam tornado cidadãos livres na Índia, onde a de taverneiro era a sua occupaão predileta. Cf. E. Reimers Fed. *elections from the Dutch records of the Ceylon government. Memoirs of Ryckloff van Goens, 1663-1675* (Colombo, 1932), pp. 24, 34 e 54.

exigidas pelo ritual. Uns tantos cristãos-novos mantiveram-se, pelo menos exteriormente, fiéis ao catolicismo, visto terem dúvida quanto à duração do domínio holandês. Todos eram odiados e menosprezados pelos seus concidadãos cristãos-velhos, fôsses estes portugueses católicos ou holandeses calvinistas; mas a importância numérica e a influência da comunidade judaica, embora bastante consideráveis, têm sido muito exageradas tanto pelos panfletários da época, como pelos historiadores modernos.

Quelen, em 1640, proclamava que em Recife o número de judeus era quase o dôbro do de cristãos; mas os estudos recentes do Dr. A. Wiznitzer chegaram à conclusão de que, de acôrdo com os recenseamentos e outras fontes fidedignas, o número de judeus do Brasil holandês atingiu o seu máximo em 1644, com um total aproximado de 1.450 almas. A população branca civil de *brivuiden* era então de menos de 3.000 indivíduos, de modo que os judeus, embora constituissem uma fração relativamente considerável da comunidade, seguramente não se achavam em maioria. O grosso desses israelitas era constituído de judeus hispano-portuguezes (*Sephardim*), mas muitos dos que tinham emigrado das Províncias Unidas eram do grupo germano-polonês (*Ashkenazim*). Ao contrário do que acontecia nas comunidades judaicas de Amsterdam e de qualquer outra parte, os estatutos que regulavam a comunidade judaica de Recife não faziam nenhuma discriminação contra os que não pertenciam ao primeiro grupo — inovação esta muito significativa para a época, como foi observado pelo Dr. Wiznitzer³⁶. Diziam os escritores portuguezes, e também os holandeses, que os judeus tinham conseguido monopolizar

(36) Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, pp. 266-311; A. Wiznitzer, *Records*, idem, "The number of Jews in Dutch Brazil, 1630-1654", reimpresso em *Jewish Social Studies*, XVI (Nova York, 1954), pp. 107-14.

quase todo comércio retalhista e muitos outros ramos de negócio, graças ao conhecimento que tinham dos dois idiomas, o que os fazia indispensáveis como intermediários. Eram relativamente poucos os holandeses que aprendiam a falar o português fluentemente (João Maurício gaguejava sempre que tentava fazê-lo, conta-nos Calado), e não se conhece nenhum exemplo de cristão-velho português, vivendo em Pernambuco, que se tivesse dado ao trabalho de aprender o holandês. A mútua ignorância (ou falta de vontade de aprender) em que ambos estavam da língua falada pelos outros, foi uma das razões do mau funcionamento dos conselhos mistos, constituídos de representantes dos municípios e dos distritos rurais. Podemos acrescentar que nem todos os judeus de Recife eram monopolistas e açambarcadores endinheirados, como se imaginaria ao ler os desabaços de seus detratores católicos e calvinistas. Se alguns chegavam ao Brasil, como diz Fr. Calado, "sem outra coisa mais além das roupas esfarrapadas que usavam", e conseguiam depois fortuna, muitos havia que mal chegavam a uma situação remediada, enquanto outros permaneciam na mais abjeta penúria.

Como já houve ensejo de dizer, os ameríndios com que os holandeses tiveram contacto pertenciam também a dois grupos. O primeiro era formado pelos índios mais ou menos domesticados pelos portugueses, e que viviam agrupados em comunidades, ou *aldeias*. Cada aldeia era governada por um chefe índio, sob a vigilância de um europeu. Viviam esses índios em choças de palha, onde tinham abrigo de quarenta a cinquenta famílias, sob regime comunal. Todos os seus pertences resumiam-se numa réde, alguns pratos e cabaças, uma camisa ou camisola de pano de algodão, arcos e flechas. Em volta das aldeias faziam pequenas plantações de mandioca e feijão, sendo todavia muito pouco cuidadosos no trato dessas

culturas, visto como para o seu sustento fiavam-se principalmente no produto da caça e nos frutos silvestres. Eram sobretudo avessos a trabalhar, quer por conta própria, quer pagos pelos europeus, mas faziam longas caminhadas em busca de aguardente e outras bebidas fortes, que eram a coisa que mais prezavam neste mundo. Alguns conheciam os rudimentos da doutrina católica, e grandes esforços fizeram às vészes os holandeses para convertê-los à religião calvinista. Vários foram mandados para a Holanda, com o fim de receber instrução, havendo casos de se europeizarem a ponto de esquecer a própria língua. Outros, assim que voltavam ao Brasil, caíam de novo no estado semi-selvagem, pelo que, certa vez, os ministros calvinistas, desesperados, pensaram em abandonar qualquer esforço para catequizá-los. Contudo, apesar desses insucessos, num relatório datado de fevereiro de 1645, dizia-se que prosseguiam os esforços naquele sentido, "e com resultados apreciáveis".

O segundo grupo de ameríndios era constituído pelos selvagens que andavam inteiramente nus, num estágio de cultura correspondente à idade da pedra. Muitos destes eram antropófagos, ao passo que todos, formando pequenos bandos, levavam vida errante nas florestas, alimentando-se exclusivamente do produto da caça e da pesca, de frutas da mata, e de mel. Os selvagens desse tipo eram todos conhecidos pela denominação geral de *tapiuas*. Repartiam-se eles em numerosas tribos, falando tôdas línguas ditas *travadas*, hoje extintas em sua maioria. São ainda do maior interesse para os antropologistas os relatos minuciosos sobre sua natureza e hábitos deixados por holandeses e alemães que viveram no meio deles, ou com eles tiveram estreitas relações (Baro, Herckmans, Rabbe); sem falar nos notáveis debuxos e pinturas executados pelos artistas de que se havia cercado João Maurício. Esses canibais jamais consentiriam que os holandeses os

educassem ou civilizassem; mas mostravam-se perfeitamente dispostos a cooperar com eles na luta contra os portugueses, dando provas de que eram aliados prestadios, embora por vèzes incômodos. Os tapuias tratavam os holandeses e eram por estes tratados em pé de perfeita igualdade. João Maurício aceitava de bom grado que lhe dessem o título de irmão, e possuía um retrato em que elle próprio apparecia no meio de um grupo de tapuias. Em verdade, mostrava ter por elles a mesma simpatia e compreensão que seria de esperar num antropologista do século XX. Um grupo de tapuias acompanhou João Maurício por ocasião da sua volta para a Holanda, em 1644, e durante muitos anos continuou este último a mandar presentes e cartas aos chefes de seus aliados do Brasil³⁷.

Muitas vèzes se tem dito que os espanhóis e os portugueses foram mais inteligentes e mais bem sucedidos em suas relações com os ameríndios do que os seus successores holandeses e ingleses; mas no que respeita ao período de que nos estamos occupando, isso não é verdade. Antes pelo contrario, os portugueses e espanhóis mais perspicazes reconheciam sem reboços que "as nações do norte" tratavam os ameríndios com muito mais tato e resultado do que os *conquistadores* e os *encomendados*. Em 1621, um frade franciscano, com longa experiencia de missionário na América, declarou ao Conselho das Indias que o mau tratamento dispensado pelos espanhóis aos índios do Nôvo Mundo havia facilitado grandemente aos holandeses, que os tratavam muito melhor, o progresso na faixa linceira das Caraibas. "Temos fornecido aos hereses um pretexto e um argumento para fortalecer

(37) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 161-3, 323-32; P. Moreau, *Relation du voyage de Roulox Baro... au pays des Tapuias dans la terre ferme du Brésil* (Paris, 1651); Goncalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, pp. 231-65; *RIAGP* n.º 31 (1886), pp. 278-88; High Council to Heeren XIX, 13 de fevereiro de 1645 (HMS).

a sua heresia e mau estilo de vida, bem como para difamar o nosso Evangelho, dizendo aos índios, como dizem, que nós é que somos os hereses e que rompemos com as leis e os mandamentos de Deus, conforme elles podiam julgar por si mesmos, atentando na differença entre o procedimento de uns e outros³⁸.

A respeito dos índios do estuário amazônico, escreveu em 1654 o Padre Antônio Vieira/S. J.: "Elles têm tomado tanto ódio e aversão à nação portugueza, que não querem nem paz nem comércio conosco, ao passo que em geral aceitam uma e outra coisa das nações do norte que frequentam aquella região, pois dizem encontrar mais lealdade da parte delas e maior garantia de liberdade". Quando o Padre Vieira, anos mais tarde, visitou os índios da serra de Ibiapaba, verificou que muitos deles "haviam nascido e se criado no meio dos holandeses", e tinham fugido para o interior em seguida à queda do Brasil holandês, em 1654. Possuam elles livros holandeses que eram capazes de ler, papel veneziano em que escreviam bonitas cartas, que fechavam com lacre, ao passo que alguns ostentavam roupas de sêda dadas pelos holandeses. "Desta maneira", acrescenta o referido padre, "sabiam os políticos de Holanda como granjear a boa vontade e a sujeição do povo, chamando para si a obediência que este nos devia prestar. Poderíamos ter impedido isso usando os mesmos processos, e por muito menos prego; mas, não lhes tendo concedido voluntariamente um pouco, acabamos perdendo tudo, contra a nossa vontade". Affirma Vieira que esses índios protestantes haviam transformado a serra de Ibiapaba numa outra Genebra, onde "os habitantes eram, em sua maioria, tão calvinistas e luteranos como se tivessem nascido na Inglaterra ou na

(38) Juan da Silva, O. F. M., *Advertencias importantes acerca del buen gobierno y administracion de las Indias* (Madrid, 1921).

XIX. E, oito anos mais tarde, escreveria o Padre Antônio Vieira: "Sem negros não existirá Pernambuco, e sem Angola não haverá negros"⁴¹. Não era esta última observação pedantesca e rigorosa, visto como os holandeses podiam obter também negros em Guiné; mas davam preferência aos escravos de Angola, pelos motivos que veremos adiante.

† Nem os traficantes holandeses, nem os portugueses, sabiam distinguir umas das outras as numerosas tribos de que procediam os escravos na África ocidental; reparavam-nos porém em vários grupos, a que davam nomes tirados dos pontos da costa africana onde eram buscados. Eram os Ardras, os Minas e os Calabares, oriundos todos estes da alta Guiné, e os Angolas, que procediam do Congo e de Angola. Nesse período os escravos mais estimados eram os Bantos, de Angola; isso, em parte, porque eram os mais numerosos, e ficava assim mais fácil aos escravos velhos instruir os ignorantes recém-vindos usando a própria língua, ou, pelo menos, uma que fosse entendida por uns e outros. Além disso, eles se mostravam mais tratáveis e mais fáceis de amansar do que a maioria dos outros escravos. Acresce também que a mortalidade era muito mais elevada nas levas de negros vindas da Guiné do que nas procedentes de Luanda, visto que os navios saídos deste último porto estavam em sua viagem através do Atlântico menos sujeitos às demoras ocasionadas pelas calmarias. Os Ardras, que parece terem provindo principalmente de tribos sudanesas do interior da alta Guiné, não só muitas vezes se mostravam rebeldes e intratáveis, como não se podiam fazer entender pelos Bantos. Por outro lado, quando os Ardras se decidiam a trabalhar, davam provas de ser mais resistentes e capazes do que os outros, a que excediam em inteligência e robustez.

(41) Quelen, *Kort Verhael*, p. 13; Vieira, *Cartas* (ed. Azevedo), I, p. 243.

Alemanha"³⁹. Mesmo que se atribua algum exagero à pena exuberante de Vieira, é óbvio que os resultados da propaganda e educação religiosa levadas avante pelos holandeses entre 1625 e 1645 foram muito maiores do que imaginavam os ministros de Recife.

Não se deve concluir daí que os holandeses não houvessem cometido excessos e erros em seu trato com os índios. Houve-os particularmente no Maranhão, onde muitos nativos foram aprisionados e reduzidos ao cativo, em desafio aos regulamentos da Companhia das Índias Ocidentais, os quais proibiam categoricamente que se escravizasse ou submetesse os índios a trabalhos forçados. Comparada porém com os métodos seguidos pelos portugueses e espanhóis, a atitude dos holandeses no tempo de João Maurício era (falando de modo geral) mais humana, mais sensível e mais profícua. Pode-se acrescentar que em Angola as coisas não se passavam de modo diferente, sendo os portugueses os primeiros a admitir que os holandeses tratavam os negros (que não fossem escravos) com muito mais brandura e compreensão do que eles⁴⁰.

Embora tanto o governo português como o holandês houvessem criado leis em prol da liberdade dos ameríndios, leis que eram razoavelmente observadas, pelo menos pelos holandeses, estavam aqueles dois povos de acôrdo sobre a necessidade de explorar os filhos de Cam, sob pena de perigar a sobrevivência da colônia. "Sem negros e sem bois, nada se poderia esperar de Pernambuco", foi o que disseram em 1640, com a sua autoridade, os Heeren

(39) *Cartas de Antônio Vieira*, S. J. (ed. Azevedo), I, pp. 393, 478, 569; *Obras Escolhidas* (ed. Sérgio e Cidade), V, pp. 77-87, 89, 114-15. Cf. também as discussões havidas no Conselho Ultramarino em torno da proposta para estabelecer no Maranhão (1644-7) emigrantes irlandeses (AHU "Consultas Mistas", Cod. 13, fol. 79, e Cod. 14, fol. 93).

(40) Carta de Bento Teixeira de Saldanha, Luanda, 10 de abril de 1653 (AHU, "Angola, Papéis Avulsos", 1653). Cf. C. R. Boxer, *Salvador de Sá*, p. 270.

Os negros da região compreendida entre a Serra Leoa e cabo Verde eram tidos como preguiçosos, "mas vivos e asseados, especialmente as mulheres, razão por que os portugueses os compravam para servirem como escravos em suas casas"⁴².

O tráfico negreiro era uma das principais fontes de renda da Companhia, embora se dissesse que êle seria ainda mais importante se esta fôsse melhor administrada.

Em seu relatório de 1640, escreveu Quelen aos Heeren XIX que "os produtos do solo só poderiam ser obtidos e armazenados por meio do trabalho dos negros, não havendo a menor dívida de que quanto mais escravos fôsem importados tanto melhor se cultivaria a terra e tanto maiores seriam os lucros da Companhia, os quais teriam duplicado nos últimos anos se se tivesse importado mais escravos". Informava que os funcionários da Companhia mantinham as importações em nível baixo, com o fito de conservar a alta dos preços, o que era uma política de vistas curtas. Nos anos de 1636 a 1645 foram importados em Recife 23 163 negros, cuja venda produziu 6 714 423 florins⁴³. Isso, no papel, representava um lucro enorme para a Companhia, uma vez que durante quase tôda essa época os escravos podiam ser obtidos em Guiné em troca de bugiangas, à razão de doze a sessenta e cinco florins por cabeça (? ou por *peça*), sendo depois vendidos no Brasil por um preço que variava

(42) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilij*, pp. 77 e 164; Rattelband, *Vijf Dagregisters van Elmina*, pp. LXIX-LXXXII. A primeira tentativa séria de identificação tribal sistemática foi feita por Afonso de Sandoval, S. J., *Naturalera de todos Ethiopes* (Sevilha, 1627), liv. I, cap. 16; a ultima tanto quanto sei, é a de R. Ribeiro, *Cultos Afro-brasileiros do Recife* (Recife 1952), pp. 14-20.

(43) Quelen, *Kort Verhael*, p. 12; Wäitjen, *Holländsche Kolonialreick in Brasilien*, p. 311, onde se imprimiu erroneamente Guinea, em vez de Guiné. Desconfio também que os negros não eram vendidos *per capita*, como dali se deprende, mas por *peça*, cada *peça* podendo incluir dois negros, como três negros constituem duas peças, conforme sexo, idade e condição. Cf. C. R. Boxer, *Salvador de Sá*, p. 231.

de 200 a 800 Florins, conforme a idade, sexo e condição. Mas os lavradores estavam acostumados a comprar os escravos a crédito, pagando-os em açúcar na ocasião da safra, o que muitos deixavam de fazer, no todo ou em parte. Assim, o montante de dinheiro que entrou para os cofres da Companhia foi muito inferior ao total acusado no papel, embora seja difícil dizer em que proporção. Uma estimativa feita pouco tempo antes da partida de João Maurício (1644) calcula em 840 000 Florins o lucro anual dado à Companhia pelo tráfico dos negros, mas a segurança destes dados deixa margem a dúvida⁴⁴.

Para evitar dívidas de pagamento incerto, decretaram em 1644 os Heeren XIX que os escravos só poderiam ser vendidos a dinheiro. Como os lavradores não dispunham de nenhum, o resultado foi que os especuladores judeus, pagando à vista, compravam quase todos os escravos por preço muito baixo. Queixou-se João Maurício de que aquela decisão, longe de aumentar os lucros da Companhia, fez com que os escravos fôsem vendidos em Recife por preço inferior ao que tinham custado em Luanda. Isso não era mais do que um exagêro, visto como o Supremo Conselho de Recife, escrevendo em março de 1645, afirmava que a intempestiva insistência dos Heeren XIX no tocante à venda dos escravos a dinheiro fez com que os preços houvessem caído, orçando entre trinta e cinquenta *patacas*. Enquanto isso, os judeus revendiam os escravos aos lavradores por três ou quatro vézes o preço que haviam pago, aceitando todavia que o pagamento fôsse feito em prestações (a juros mais altos) ou em açúcar. De seu lado queixavam-se os lavradores de que durante a travessia do Atlântico os escravos eram muitas vézes obrigados a beber água salgada, em consequência do que vinham a morrer pouco

(44) Apêndice II, no fim do volume.

tempo depois de comprados, dando assim prejuízo aos seus compradores. Isso acontecia principalmente com os escravos da Guiné, aos quais era dada uma provisão insuficiente de água doce e de mantimentos⁴⁵.

A sorte miserável dos negros escravos no Brasil tem sido tantas vezes descrita que é desnecessário repeti-la aqui com abundância de pormenores. Na sua grande maioria, eram eles vendidos aos lavradores portugueses, que (se dermos crédito a Pierre Moreau) os tratavam de maneira muito mais cruel do que os holandeses. Podemos ter dúvidas a este respeito, pois dizem outros que os negros preferiam trabalhar como escravos dos portugueses, uma vez que se lhes dava folga não só aos domingos, como nos muitos dias santos festejados pela Igreja Católica. Sob este ponto de vista, os escravos de senhores judeus eram ainda mais felizes, visto que lhes davam descanso nos sábados da religião judaica e não ousavam fazê-los trabalhar aos domingos, respeitadas pelos calvinistas. A despeito das insistências de Udemans e outros devotados "servos da palavra de Deus", os holandeses não fizeram tentativas muito pertinentes para converter os escravos ao protestantismo. Esse assunto foi discutido muitas vezes no consistório calvinista do Brasil, com a sanção dos Heeren XIX da Europa, mas nada se resolveu de concreto, em parte pela falta de pregadores competentes em português⁴⁶.

Durante os anos de tumulto e de guerra anteriores a 1641, muitos dos escravos que combatiam seja do lado

(45) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brasilië*, pp. 401, 403 e 407 (onde a cifra de 64 000 escravos importados em dezoito meses deve ser corrigida por 6 400); Calado, *Valeroso Lucideno*, pp. 125-6; Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, pp. 211-12; carta do Conselho Superior aos Heeren XIX, datada de 26 de março de 1645, no JHMS.

(46) P. Moreau, *Histoire* (1651), pp. 40-43; Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, pp. 204-30. Não pude ver o livro de M. Goulart, *Escravidão Africana no Brasil* (São Paulo, 1949), que supunho trabalho merecedor de confiança.

dos portugueses, seja dos holandeses, obtiveram a liberdade, ao passo que não poucos fugiram, internando-se nas matas. Esses fugitivos fundaram comunidades agrícolas, a que foi dado o nome de *quilombos*, ou levavam uma vida "semelhante à que estavam acostumados em Angola". De vez em quando, faziam incursões até às lavouras mais retiradas, com o fito de arrebanhar novos recrutas, mulheres e mantimentos, não obstante viverem principalmente à custa de suas bem tratadas plantações. Alguns destes quilombos foram destruídos pelos holandeses ou pelos seus aliados tapuias, mas o maior deles sobreviveu muitos anos após a reconquista de Pernambuco pelos portugueses. Em 1694, depois de haverem sido repellidos muitos ataques, foi necessário, para destruí-lo, uma expedição militar de maior envergadura.¹

* * * [Como fôssem a escravatura e o açúcar os dois pilares de que dependia a existência de Pernambuco, seja-nos permitido lançar uma vista d'olhos sobre a situação da indústria açucareira nos tempos de João Maurício. O senhor de engenho, como eram chamados os donos das fazendas, entregava a maior parte de suas terras a pequenos arrendatários conhecidos pelo nome de *lavradores*, em troca de uma parte da colheita, que variava conforme a plantaço fosse feita com a ajuda do senhor de engenho, ou sem ela⁴⁷. Uma vez plantado, o canavial durava muitos anos, contanto que fôsse bem cuidado, não obstante houvesse Pernambuco, durante essa época, experimentado muitos desastres, ocasionados por causas naturais, ou pela mão do homem. O lavrador fazia cortar a cana pelos seus próprios escravos, transportando-a para a moenda em carros de boi de sua propriedade (ou alugados). O açúcar produzido era repartido com o senhor de engenho, na

(47) Pelo que o senhor de engenho, não era necessariamente um agricultor, na aceção restrita do termo; mas, desde que era o dono das terras, a sua posição social correspondia à dos donos de lavouras canavieiras das Antilhas e da Virgínia.

proporção previamente combinada. Essa proporção oscilava geralmente entre um terço para o lavrador e dois terços para o senhor de engenho, e dois quintos para o primeiro e três quintos para o último, sendo este o caso mais comum. Os pequenos lavradores donos de suas próprias terras dividiam habitualmente o açúcar com o senhor de engenho, numa base de cingüenta por cento.

No arrendamento da terra aos lavradores, tomava-se como base de cálculo a quantidade de cana que o engenho podia moer em vinte e quatro horas. Essa quantidade, a que davam o nome de *tarefa*, variava de vinte e cinco a trinta carros de cana para os engenhos tocados por bois, e de quarenta ou cingüenta carros para os movidos a água. A área de terra arrendada dos senhores de engenho pelos lavradores era denominada *partido*, calculando-se em cerca de quarenta tarefas anuais a média produzida por cada partido. Para chegar a este resultado o lavrador tinha necessidade de, pelo menos, vinte escravos de boa compleição, e de quatro a oito carros de boi, conforme a distância existente entre o partido e a moenda. Os partidos eram separados uns dos outros por aceiros suficientemente largos para diminuir os riscos de incêndio. Competia ao lavrador fornecer os instrumentos e utensílios aos negros, bem como incumbir-se da embalagem e transporte do açúcar que lhe cabia, conforme o ajuste firmado entre êle e o engenho. A safra começava em principio de setembro e ia até abril.

A cana era espremida pela moenda (*engenho*), de acôrdo com o mesmo principio usado pelos enxugadores de roupa, com a diferença de ficarem os cilindros em posição vertical, e não horizontal. O suco que escorria era conduzido por meio de calhas até a casa-de-ferver, que ficava perto. Al era êle fervido numa série de grandes caldeões, de mistura com certos ingredientes destinados a fazer com que as impurezas subissem à superfície, de

onde eram retiradas por meio de uma escumadeira. Este xarope era então despejado numa série de caldeiras melizadas, embora misturado ainda com melão. Passava-se agora este último para fôrmas ou moldes de barro, de forma cônica, e providos de um orifício na parte mais baixa. Esses cones, cada um dos quais continha cerca de uma arrôba (32 libras) de açúcar, eram levados no dia seguinte para a casa-de-purgar, com o seu conteúdo já perfeitamente cristalizado. Sôbre cada cone punha-se uma camada de barro úmido, permanecendo êles assim cerca de uma semana na casa-de-purgar. A água do barro infiltrava-se lentamente através do açúcar, libertando-o da maior parte do melão e clareando o açúcar restante. Para os açúcares de melhor qualidade êsse processo era repetido duas ou três vêzes. Expunha-se então ao sol, para secar, o açúcar branco, livre de melão, ao passo que o açúcar ainda misturado com melão, que ficava aderente à superfície interior da ponta do cone, era amontoado separadamente. Este açúcar tinha côr escura e era chamado *mascaúdo*. Vinham então o lavrador e o cobrador dos dízimos para dividir o açúcar, tanto o branco como o mascaúdo, de acôrdo com a combinação feita. O mel que escorria das fôrmas era fervido, para produzir um açúcar de baixa qualidade chamado *panela*, que pertencia ao senhor de engenho. Depois de pesado e acondicionado em caixas, era o açúcar remetido para Recife, ou embarcado para qualquer pórtio da Europa, fôsse para ser pôsto à venda, fôsse para ser refinado em açúcar branco, puro⁴⁸.

(48) O que acaba de ser lido baseia-se principalmente na descrição da industria açucareira de Pernambuco em 1639, dada por A. van der Dussen, em Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilje*, pp. 165-8. Para maiores minúcias técnicas e comparação com os processos usados alhures, cf. N. Deerr, *History of Sugar*, I, pp. 108-10; M. Radekyn, "The Early Sugar-Industry in Española", *HAHR*, XXXIV, pp. 1-19.

Um engenho, com as suas plantações de cana, era uma empresa de alto custo, que exigia inicialmente grandes capitais. Era preciso que o senhor de engenho adquirisse muito material pesado para as instalações e contratasse para pô-las em funcionamento muitos técnicos experimentados, sem falar nos escravos. Eram necessários nunca menos de quarenta a cinquenta negros suficientemente robustos, doze a vinte juntas de bois, havendo engenhos em que trabalhavam muitas centenas de escravos, com o restante do pessoal em proporção equivalente. Completavam o conjunto a *casa-grande*, onde morava o fazendeiro com a sua família; a *senzala*, ou moradia dos escravos, e a capela, tudo isso nos sendo familiar graças às pinturas de Frans Post. Parece que os holandeses não introduziram nenhuma inovação na arquitetura rural luso-brasileira e, o que é ainda mais estranhável, na técnica de fabricação do açúcar.

Se dermos crédito a Gaspar Dias Ferreira, português tão habilidoso quanto falto de escrúpulos, que foi o espírito mau de João Maurício, nunca os holandeses conseguiram assenhorear-se das técnicas mais elementares da indústria açucareira. "É certo", escrevia ele em 1645, "que Deus, ao criar as várias nações de homens, conferiu a cada uma propensão e habilidade para determinadas ocupações, de modo a promover a mútua distribuição e o intercâmbio no mundo que lhes foi dado para habitar, recusando contudo aos holandeses qualquer aptidão no que se refere ao Brasil. Se parecer a alguém injustificada a minha observação, que me mostrem um holandês que tenha sido, até o dia de hoje, bom fabricante de açúcar, ou que tivesse vontade de aprender o necessário para isso, fôsse qual fôsse o encargo a desempenhar no engenho. Ao invés disso, todo engenho tem, afora outros..., quatro trabalhadores brancos ocupados somente no fabrico do açúcar — o mestre, o banqueiro que o assiste, o escumador

e o purgador. Dedicados à indústria do açúcar ou à manutenção de engenhos, há no Brasil apenas uns poucos flamentos, raros sendo os que deles são donos, de maneira que tanto os negros como o açúcar têm de passar pelas mãos dos portugueses". Isto pode parecer (e talvez seja) exagero, mas é Quelen/quem escreve, em 1640: "Embora haja presentemente muitos holandeses donos de engenhos, eles ainda não podem, na direção e no andamento dos trabalhos, dispensar os feitôres e camaradas portugueses". A dependência em que na indústria brasileira do açúcar estavam os holandeses dos lavradores e técnicos portugueses é também atestada por Van der Dussen e João Maurício, em termos quase idênticos⁴⁹.

É sabido que outros pensavam de modo diverso, mas parece que eram uma pequena minoria. Um destes, Mathias Beck, escrevendo em 1654, sustentava que no Brasil nunca se tinha feito um açúcar tão bom como o de Barbados, "sem que os portugueses tivessem pôsto as mãos nele". Mas é de crer que aqui o dito autor, por seu turno, incorria em exagero. É quase certo que os métodos aperfeiçoados que pelos anos de 1636 a 1650 se introduziram na indústria açucareira de Barbados foram levados pelos agricultores que dali foram a Pernambuco estudar *in loco* os métodos e processos usados no Brasil⁵⁰.

(49) "Cartas e pareceres de Gaspar Dias Ferreira", em *RIAGP*, n.ºs 31 (1886), e 32 (1887); Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilie*, pp. 161 e 308; Quelen, *Kort Verhael*, p. 18; Gonçalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, pp. 115-8. Com referência a Surinam, dizia-se trinta anos mais tarde que "os holandeses não têm habilidade para fabricar açúcar, tomando de empréstimo o processo inglês, que é dos mais primitivos" (*Calendar of State Papers. Colonial Series. America & West Indies, 1675-1676* n.º 405, p. 154).

(50) Ligon, Beck e outros autores da época citados por A. P. Canabrava em "A influência do Brasil na técnica do fabrico do açúcar nas Antilhas francesas e inglesas no meado do século XVII", pp. 63-76 do *Anuário da faculdade de ciências económicas e administrativas, 1946-47* (São Paulo, 1947).

Seja como fôr, é inequívoco que o funcionamento das lavouras de açúcar de Pernambuco dependia precipuamente, se não inteiramente, dos portugueses do lugar e de seus escravos, muito embora houvesse entre os pequenos proprietários uns poucos lavradores holandeses, e mesmo alguns colonos. Parece, todavia, que a maioria dos holandeses que adquiriram plantações no surto verificado em 1637-8 venderam-as depois a portugueses ou a judeus. Devemos lembrar-nos de que essas plantações (com os escravos e respectivas instalações) eram para ser pagas em várias prestações, com açúcar, na época das safras. Como, em sua maioria, os compradores deixavam de atender, no todo ou em parte, aos seus compromissos, compelidos que foram por uma sucessão de más colheitas, de inundações, sêcas e outras calamidades naturais, sem falar nas guerrilhas dos anos anteriores a 1641, nem a Companhia, nem os credores individuais recebiam muito em dia os seus pagamentos. O resultado foi que a civilização rural da *várzea* continuava sob o domínio dos lavradores portugueses e dos pequenos proprietários, enquanto os funcionários holandeses, os burgueses e os negociantes dominavam a civilização urbana de Recife e de Mauritsstad.

Os modernos historiadores brasileiros não se cansam de fazer o paralelo entre a incapacidade dos holandeses para colonizar o interior do país e o seu êxito em criar uma civilização urbana própria na capital da colônia. Disso tiram eles a conclusão (ou deixam-na implícita) de que Gaspar Dias Ferreira estava certo, quando disse que Deus havia negado aos holandeses os requisitos necessários no Brasil, pelo que era de prever o malôgro da colônia. Pode isso ser verdade, mas aqui não me posso furtar à impressão de que deve haver muito pós-julgamento nesta maneira de raciocinar. É fato que os holandeses salvo algumas notáveis exceções não conseguiram

nunca integrar-se na vida rural da colônia, motivo pelo qual quando estourou a revolta de 1645 perderam por assim dizer tudo quanto possuíam fora de suas cidades litorâneas fortificadas, com exceção dos distritos situados ao norte, onde eram auxiliados pelos ameríndios. Mas o seu insucesso em manter domínio efetivo sobre o interior deveu-se, pelo menos em parte, ao fato de não terem sido mais de três os anos (julho de 1642 a junho de 1645) em que isso foi possível. Durante dezessete dos vinte e quatro anos de existência do Brasil neerlandês nunca cessou inteiramente a luta na *várzea*, havendo ocasiões em que ela era muito intensa. Nestas condições, tornou-se demasiado dispendiosa, se não de todo impraticável, a colonização à custa de trabalhadores agrícolas do norte da Europa, como era repetidamente advogado por João Maurício. Se, durante o governo de João Maurício, tivessem os holandeses tido à sua disposição alguns anos mais de paz, é possível que se houvesse conseguido instituir em larga escala a emigração norte-européia. Isso é de admitir-se; mas é igualmente possível que, continuando a dominação holandesa, Pernambuco viesse a ser nada mais do que uma nova Surinam, isto é, uma colônia escravizada, da pior espécie.

Seja como fôr, não podemos atribuir a João Maurício qualquer culpa por aquêlê insucesso. Vimos como êle, desde o começo, insistia sobre a necessidade da imigração de agricultores holandeses e alemães, e tanto êle, como o seu conselho, por mais de uma vez proclamaram que era esse "o único meio de garantir a posse do que conquistamos"⁵¹. Nem os Heeren XIX se mostraram tão cegos quanto geralmente se diz à necessidade de estimular êsse tipo de imigrantes. Muito pelo contrário, legislaram

(51) Cartas de João Maurício e do conselho aos Heeren XIX, datadas de 15 de janeiro de 1638, 31 de maio de 1641 e 24 de setembro de 1642. Cf. Gonçalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, p. 141.

frequentemente a favor daqueles colonos em perspectiva, embora sua política a este respeito não se mostrasse sempre firme. Em outubro de 1641, por exemplo, concordaram em princípio os Heeren XIX em que "a prosperidade da Companhia dependia do povoamento da terra", discutindo a respeito das medidas capazes de atrair para o Brasil soldados, como colonos. Tão longe foram certa vez no seu empenho de encorajar emigrantes do norte da Europa para suplantarem os portugueses, que João Maurício teve de protestar, argumentando que era injusto expulsar os lavradores que se esforçaram por produzir açúcar a despeito das dificuldades inerentes aos anos de guerra compreendidos entre 1635 e 1640, e que por isso mereciam outra consideração por parte da Companhia.⁵² A política por ele seguida visava antes conseguir que uma cadeia ininterrupta de agricultores da Europa setentrional viesse fundir-se gradualmente com a população portuguesa já existente, de modo a criar uma nova raça apegada ao solo, raça na qual a influência étnica dos primeiros deveria predominar cada vez mais, garantindo destarte a sua lealdade ao governo holandês. Em 1642 e 1643 tentara ainda João Maurício estabelecer uma corrente migratória de agricultores holandeses para Sergipe e Alagoas, mas os diretores estavam preocupados em economizar, e o projeto ficou em nada.

Sobravam aos diretores razões para insistir sobre a necessidade de fazer economias drásticas, pois a situação financeira da Companhia ia de mal a pior; mas essa insistência chegava em má ocasião, à vista dos interesses a longo prazo que tinham os holandeses no Brasil. A principal complicação era quererem os Heeren XIX que João Maurício lhes enviasse carregamentos cada vez

(52) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 307-8. O mesmo assunto foi abordado por Quelen, em seu *Kort Verhael* de 1640. Cf. também *Bijdr. Hist. Gen. Utrecht*, III, p. 356.

maiores de açúcar, a fim de que com o produto da venda se pudesse ulteriormente suprir Pernambuco de dinheiro e de tudo o mais que ele tanto necessitava. João Maurício, porém, de seu lado, sustentava que não se poderia esperar nenhum aumento considerável da produção enquanto não se libertasse definitivamente a colônia do medo da invasão ou da insurreição, tudo isso dependendo da manutenção de uma boa guarnição. Ambos os lados tinham as suas razões, mas as de João Maurício eram de maior peso, visto como constituía uma temeridade insistirem os Heeren XIX no seu propósito de reduzir drasticamente a guarnição local, depois de haverem feito provocações tão intoleráveis aos portugueses, atacando o Maranhão, São Tomé e Angola. A revolta do Maranhão em outubro de 1642 valeu como advertência preliminar, culminando ela com a expulsão da guarnição, ao cabo de um ano de luta. Outra revolta ocorreu em São Tomé; mas foi sufocada, uma vez que a guarnição holandesa conservou sob seu domínio não só o pôrto, como o castelo de São Sebastião. Essas rebeliões serviram de pretexto para que os holandeses de Luanda lançassem, em maio de 1643, um traiçoeiro ataque ao arraial que tinham os portugueses na margem do rio Bengo, situado nas proximidades. Esse ataque foi bem sucedido em sua primeira investida, caindo prisioneiro o governador; mas o resultado foi acirrar ainda mais o antagonismo dos portugueses, tornando-os mais firmes na decisão de pagar aos holandeses com a mesma moeda, na primeira ocasião que se lhes oferecesse.⁵³

Diante do endividamento crônico da Companhia das Índias Ocidentais, e da insistência dos diretores em reduzir

(53) Para mais pormenores sobre a questão de Angola cf. A. da Silva Régo, *Dupla Restauração de Angola 1641-1648* (Lisboa, 1948), pp. 31-85; *Arquivos de Angola*, 2.ª série, I, pp. 99-104; *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, pp. 530-4; A. de Oliveira Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, II, pp. 295-343.

a sua guarnição no Brasil, surpreende que estes organisassem em 1642-1643 uma expedição ao Chile, enviando ordens a João Maurício para nela cooperar. Cumpriu este a ordem contribuindo (em janeiro de 1643) com uma força de cinco navios e quatrocentos homens, sob o comando do marujo-poeta Elias Herckmans. Parece ter sido a velha miragem das minas de ouro que levou os diretores a pôr nesta ocasião dinheiro bom em cima de ruim. Sem embargo, é de admitir-se que os holandeses poderiam ter firmado o pé no sul do Chile se a expedição houvesse sido melhor conduzida, uma vez que elles entraram ali em contacto com os índios araucanos revoltados, os quais, conforme reconheceram os próprios espanhóis, lhes ocasionaram muito mais dano do que todos os outros índios do Nôvo Mundo reunidos. A sofreguidão e a brutalidade de Hendrik Brouwer, ex-governador-geral das Índias Orientais e primitivo chefe da expedição, despertaram a desconfiança dos araucanos e puseram a perder em maio de 1643 uma promissora arremetida, Brouwer foi logo morto, e apesar da reconciliação temporária conseguida por Elias Herckmans, muito mais maneirosa, as desconfianças dos araucanos foram novamente despertadas pela insistente indagação sôbre as minas de ouro. Desavindo-se com os seus aliados nativos, cuja cooperação era imprescindível, reembarcaram os holandeses em seus navios, voltando para Recife, onde Herckmans iria morrer em dezembro de 1643, pouco após a sua chegada⁵⁴.

Já antes havia João Maurício concebido o plano, muito mais exequível de se apoderar do porto de Buenos Aires, importante do ponto de vista estratégico e desprovido de fortificações. Achava elle que a occupação

(54) Para a expedição holandesa ao Chile cf. J. H. Rodrigues, *Historiografia e Bibliografia*, n.º 194, 499-501 e 982-3. Foi Herckmans o autor de *Der Zeevaart-lof* (Amsterdã, 1634), poema em louvor dos feitos marítimos das Províncias Unidas neerlandesas, o qual é um dos trabalhos clássicos da literatura holandesa.

daquella praça abriria a porta traseira do caminho, tão longo quanto difficiloso, das minas de Potosi, no alto Peru. Estavam avançados os preparativos dessa expedição quando, em novembro de 1642, teve de ser cancelada, em face da necessidade de reforçar a expedição de Brouwer ao Chile, e bem assim as guarnições do Maranhão e de São Tomé⁵⁵.

Conquanto essas expedições frustradas não tivessem sido as únicas inspiradas pelo desejo de achar na América do Sul minas de ouro e de prata suscetíveis de serem exploradas pelos holandeses, tanto os Heeren XIX como João Maurício estavam convencidos de que o açúcar era a chave da prosperidade econômica do Brasil neerlandês. Embora algumas estatísticas valiosas tenham sido publicadas por Wätjen, falham-nos, infelizmente, dados completos sôbre o valor do açúcar exportado pela colônia durante o tempo de João Maurício⁵⁶. De Laet, que no fim de contas estava em boa posição para conhecer os fatos, dá para os anos de 1637-44 os seguintes totais:

(a) Soma exportada pela C. I. O.	(b) Soma exportada por particulares
Açúcar branco 382 425 aróbas	1 083 048 aróbas
Açúcar mascavado. 117 887 "	403 287 "
Panela 51 961 "	71 527 "
	5 02 273
Avaliados em 7 618 498 florins	20 303 478 florins ⁵⁷

por onde se vê que cerca de um terço da exportação coube à Companhia e dois terços aos comerciantes particulares. A Companhia, com segurança, tirava o seu quinhão destes últimos, sob a forma de taxas, fretes etc. Wätjen é de opinião que a segunda daquelas estimativas

(55) Cf. as "Secrete Notulen" de João Maurício e seu conselho, 21 de agosto a 25 de dezembro de 1642, traduzidas na *RIAGB*, LVIII, pp. 296-304.

(56) Wätjen, *Hollandische Kolonialreich*, pp. 316-23. Cf. também o Apêndice II, colocado no fim do presente trabalho.

(57) De Laet-Naber, *Yaerlijk Verhael*, IV, p. 298.

é satisfatoriamente exata, mas acha que a primeira está muito abaixo da realidade. Deerr, por outro lado, pensa que as próprias cifras de Wätjen são demasiado baixas, preferindo aceitar as de Barlaeus, como sendo as mais próximas da verdade⁵⁸.

Na minha opinião, é de duvidar que esses cálculos, como quaisquer outros, mereçam bastante confiança, isso devido à grande frequência de contrabandos, fraudes e malversações, os quais eram sabidamente levados a efeito por processos semelhantes aos descritos por Quelen, em seu panfleto de 1640. Uma das origens desse desfalque estava no grande contrabando praticado pela multidão de pessoas ligadas aos filhos das Índias Ocidentais que tocavam nos portos do Canal Inglês. Talvez fôsse para suprir essa prática usada pelos particulares que os Heeren XIX ordenaram que se preparassem doces para oferecer aos funcionários portuários ingleses — a menos que essa (literalmente) *douceur* tivesse como fito facilitar na Inglaterra o contrabando do açúcar brasileiro por parte dos agentes da Companhia das Índias Ocidentais⁵⁹.

Outros produtos exportados de Pernambuco para a Europa eram o pau-brasil, madeiras de construção, fumo e couros. O comércio do pau-brasil, à semelhança do tráfico dos escravos, era monopólio da Companhia, enquanto que, durante esta época, a exportação de fumo e de couros não era muito importante. No livro de Wätjen poderão ser encontradas estatísticas da exportação desses artigos, como também das utilidades e dos artigos em bruto importados da Europa pelo pórtio de Recife. Observa, com justeza, aquêle erudito professor alemão: "É certo que o comércio, tanto de importação como de

(58) Wätjen, *Holländische Kolonialreich*, p. 380; N. Deerr, *History of Sugar*, I, p. 110. Cf. p. 114, anterior.

(59) Quelen, *Kort Verhael*, pp. 10-12 e 14-16; Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flaméngos*, p. 172.

exportação, da Nova Holanda, mesmo nos melhores anos, não podia competir com o da Índia. Não obstante, não se pode negar que durante o govêrno de João Maurício o comércio com o Brasil constituiu fator importante da vida econômica das Sete Províncias"⁶⁰.

A diferença existente entre as trocas comerciais efetuadas pelas duas Companhias refletia-se no valor das respectivas ações no mercado de Amsterdã. Em julho de 1645 o valor da Companhia das Índias Ocidentais tinha caído de 100 para 46 florins, em parte porque durante todo o tempo de sua existência, a Companhia havia pago apenas dois ou três dividendos. As ações de 100 florins da Companhia das Índias, que vinha pagando com regularidade dividendos substanciais, eram então cotadas em 460 florins. Havia assim uma grande diferença entre as regiões em que cada uma das duas Companhias realizava respectivamente as suas operações, pendendo as vantagens decididamente em favor da organização mais antiga. As Índias Orientais eram amplamente auto-suficientes em matéria de provisões de bôca; a carne, o arroz, a araca e outros generos indispensáveis eram fáceis de adquirir a baixo preço em quase toda parte. No Brasil neerlandês, pelo contrário, muitos artigos de alimentação tinham de ser importados das Províncias Unidas por preços excessivos. Durante os anos de 1630 a 1640, a concentração da lavoura canavieira, a insuficiência da produção de mandioca assim como a destruição do gado e outras criações, fizeram com que fôsse necessário exportar para o Brasil muito mais carne, farinha de trigo, manteiga, vinho, etc., do que para as Índias Orientais. João Maurício fêz o possível para diminuir os males da monocultura, dando ordem aos sítiantes e lavradores para plantar uma determinada quantidade de mandioca por cada escravo que possuíssem. Os Heeren XIX tentaram tam-

bém, por meio de legislação adequada, encorajar o plantio do arroz e outros cereais. Mas êsses esforços produziram relativamente poucos frutos, por causa da oposição teimosa dos lavradores e dos roceiros, que preferiram concentrar-se na lavoura do açúcar, por ser a mais rendosa⁶¹.

Quando havia falta de navios da Europa, o preço dos gêneros de primeira necessidade atingia em Recife níveis astronômicos, motivando queixas constantes de que o Brasil neerlandês era a região mais dispendiosa do mundo, mesmo incluindo os anos relativamente prósperos de 1642 e 1643⁶². Esse estado de coisas permitiu que muitos holandeses e judeus mercadores fizessem fortuna; mas isso não beneficiava a Companhia, cujos representantes não raro se viam na contingência de reabastecer os seus sortimentos recorrendo aos armazéns dos negociantes particulares, e pelos altos preços então em vigor. Essas importações, embora se destinassem, em primeiro lugar, ao consumo dos habitantes holandeses da colônia, encontravam também grande mercado no interior, onde os tecidos e o queijo eram artigos de maior procura⁶³.

É natural que o fato de ser Recife uma das localidades de vida mais cara do mundo fizesse os Heeren XIX ficarem ressentidos com os gastos imoderados de João Maurício. Tinha o "Príncipe de Nassau" méritos incontestáveis como governador, estadista e general, mas faltava-lhe tudo para ser um bom economista ou financeiro. Era pródigo tanto com o seu dinheiro como com o da Companhia, mas nunca se importou de prestar contas à última, ignorando ostensivamente os membros de seu conselho de finanças, com os quais êle raramente se dignava falar⁶⁴.

(61) As provas foram cuidadosamente coligidas por Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, pp. 175-82.

(62) Wätjen, *Hollnische Kolonialreich*, pp. 206 e 308.

(63) Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, pp. 183-5.

(64) Wätjen, op. cit., pp. 205-8.

Protetor das artes como um príncipe, apaixonado arquiteto e jardineiro-paisagista, dera êle largas às suas inclinações, assim quando erigiu a sua dispendiosa morada em Vrijburg, como quando construiu a ponte entre Recife e Mauritsstad, enviou para a pátria as madeiras destinadas a Mauritshuis, ou manteve em torno de si, no Brasil, uma constelação de artistas e homens de ciência. Verdade é que uma parte dessas despesas saía de seu próprio bolso, mas quase sempre iam onerar os cofres da Companhia, desta ou daquela forma.

Na *entourage* de João Maurício a figura preeminente era o jovem cientista alemão George Margrave, de Liebstad (1610-44), cuja educação fôra feita em Rostock e Leiden, e estava fadado a morrer em Angola, vítima de febre, aos trinta e quatro anos, na posse plena de suas energias. Observa um moderno cientista americano que se êle tivesse vivido o suficiente para publicar uma parte maior de seus trabalhos, poderia muito bem ter sido o maior naturalista depois de Aristóteles⁶⁵. Dêstes trabalhos muita coisa se perdeu, mas o que dêles sobrevive é de causar impressão. Sem falar nas coleções botânicas e zoológicas que enviou para a Europa em 1644, e que continuaram a ser estudadas até o século XIX, algumas das copiosas notas da história natural por êle deixadas foram editadas e publicadas pelo seu amigo Johannes de Laet na *Historia Naturalis Brasiliae* (Amsterdam e Leiden, 1648). Contém êsse trabalho o primeiro estudo científico da fauna e flora do Brasil, a par da descrição da geografia e da meteorologia de Pernambuco, com o registro

(65) E. W. Gudger, "George Margrave, the first Student of American Natural History, *The Popular Science Monthly* (set. de 1912), pp. 250-74. Para uma apreciação minudente do trabalho de Margrave, devida a vários cientistas brasileiros, veja-se A. Taunay [ed.], *Jorge Margrave. História natural do Brasil. Edição do Museu Paulista* (São Paulo, 1942), onde também se contém (pp. I — XXXVI) a resenha bibliográfica mais completa sobre Margrave, até hoje publicada.

diário dos ventos e das chuvas⁶⁶, e uma vista d'olhos sobre as raças ameríndias da região. As ilustrações compreendem 200 xilografuras de plantas e 222 de animais, aves, insetos e peixes, na sua maioria não descritos anteriormente.

Em 1658 apareceu outra versão do referido trabalho, onde as contribuições de Marcgrave se acham intercaladas com as observações de seu colega, Dr. Piso, sofrendo em consequência disso alguns prejuízos⁶⁷. Em compensação, contém essa edição algumas das observações astronômicas pioneiras sobre o hemisfério austral, inclusive o eclipse do Sol de 1640. Podemos acrescentar que João Maurício auxiliou Marcgrave construindo para ele um observatório nas tórres de Vrijburg, e dando ordem aos capitães de navio para observarem com cuidado os eclipses do Sol e da Lua, e bem assim outros fenômenos celestes. Além de ser naturalista e astrônomo, era Marcgrave também consumado matemático, agrimensor e cartógrafo; muitos dos mapas da obra verdadeiramente monumental de Barlaeus foram baseados nos dele. Não era ele o único cartógrafo da comitiva de João Maurício, e as cartas e mapas desenhados por esses homens nunca se perderão da memória dos vivos⁶⁸.

Mais célebre ainda, conquanto menos eminente como cientista, foi o médico holandês, colega de Marcgrave, Dr. Willem Piso, de Leiden (1611-78). Mais môço um

(66) "São, talvez os primeiros registros de cunho oficial que se conhecem, visto que o mais antigo que consta existir relativamente à Europa, data de 1653, e foi mandado fazer por Fernando II, da Toscana" (N. Deerr, *History of Sugar*, p. 106 n.).

(67) *De India utriusque re naturali et medica Libri quatuordecim quorum contenta pagina sequens exhibet* (Amsterdam, 1658).

(68) Cf. o comentário de Rio Branco, datado de 1891: "Triste é dizê-lo: ainda hoje quem quer estudar zona marítima desde o Rio Grande do Norte até Sergipe, encontra no mapa do ilustre Marcgrave valiosas indicações geográficas, que debalde procuraria nas cartas brasileiras mesmo as mais recentes, todas levantadas em muito menor escala". (citado por A. Taunay, *Jorge Marcgrave, História Natural*, p. XXXIV).

ano do que Marcgrave, e educado em Caen, acompanhara João Maurício na qualidade de seu médico particular e voltou com ele para a Holanda, em 1644. Diz Manuel Calado que ambos tiveram uma desavença, tornando-se inimigos irreconciliáveis; mas, se não houve nisso engano completo de sua parte, ele deve ter exagerado⁶⁹. Seja como fôr, Piso continuou como médico do conde depois da volta d'este último para a Europa, sendo os estudos do doutor publicados com a aprovação e o apoio financeiro de João Maurício, tal como tinha sido feito, dez anos antes, com os de Marcgrave. Piso contribuiu para a *História Naturalis Brasiliae* com uma longa secção intitulada "De Medicina Brasiliensi", que ficou sendo trabalho autorizado de medicina e hygiene até o século XIX. Devemos a Piso, entre outras coisas, o primeiro conhecimento da ação da ipecacuanha, na cura da disenteria. Piso não se interessava somente por assuntos científicos; era membro também do célebre "Muiden-circle", em que se congregava a nata da sociedade literária e intelectual da Holanda, além de ter sido por duas vezes deão do Collegium Medicum de Amsterdam.

Muitas das xilografuras que ilustram os trabalhos de Barlaeus, Marcgrave e Piso procedem de pinturas e esboços de Frans Post e Albert Eckhout. Contavam-se êstes dois entre os seis artistas que João Maurício tinha levado para o Brasil, conforme explicou êle em 1678 a Luis XIV, ao oferecer ao Roi Soleil alguns espécimes de seu trabalho — "J'ayant eu dans mon service le temps de ma demeure au Brasil, six peintres, dont chaçun a curieusement peint a quoy il estoit le plus capable"⁷⁰.

(69) "Outro de quem o Príncipe se mostrou queixoso foi o Dr. Piso, médico seu, e de sua casa, com quem êle comia e bebia, e comunicava de dia e de noite, com muita familiaridade, também a êste deitou logo fora de sua casa, e nunca mais se fiou dêle". Calado, *Valeroso Lucidano*, p. 62 (135 da ed. de 1943).

(70) Carta de João Maurício a Luis XIV, d. Cleves, 21 de dezembro de 1678.

Albert Eckhout era (1637-64) especializado na pintura de homens e animais, podendo aquilatar-se a qualidade de seus trabalhos pelos esboços reproduzidos por Thomsen e pelos retratos a óleo em tamanho natural, que se acham preservados no museu nacional de Copenhague. Mais conhecido do que Eckhout é seu colega Frans Post (1612-80), de Leiden, pintor paisagista, de cujos encantadores quadros, representando cenas da vida rural brasileira, há exemplos em muitas coleções públicas e particulares. Estes dois artistas têm sido, nos últimos anos, objeto de intenso estudo, mas nada se descobriu com referência aos seus quatro colegas mencionados na carta de João Maurício a Luís XIV.

Não se contentou João Maurício em buscar na Holanda aquêles seis pintores, estimulando também os talentos locais, quando deparava com algum. Tendo sabido que um soldado de Dresden, de nome Zacharias Wagener, era hábil desenhista, fêz dêle seu mordomo e deu-lhe a oportunidade de desenvolver o talento de que era possuidor. É evidente que Wagener trabalhou intimamente com Eckhout, pois muitos dos debuxos incluídos em seu *Thierbuch*, que é um álbum de desenhos de pessoas e animais do Brasil, são cópias em miniatura, ou adaptações de trabalhos de Eckhout. Mais tarde, entrou Wagener para o serviço da Companhia das Índias Orientais, onde galgou sucessivamente os postos de enviado em Cantão, chefe da feitoria holandesa de Nagasaki, no Japão, e governador da Colônia do Cabo, até morrer em Amsterdã, no ano de 1668⁷¹.

(71) Há sobre Eckhout, Wagener e Post, duas excelentes monografias: F. Thomsen, *Albert Eckhout, Ein Niederländischer Maler und sein Gönner Maritz der Brasilianer. Ein Kulturbild aus den 17. Jahrhundert* (Copenhague, 1938), onde as páginas 61 a 78 se ocupam com Zacharias Wagener; J. Sousa Leão Filho, *Frans Post* (Rio, 1948). Cf. igualmente o catálogo ricamente ilustrado, *Maurits de Braziiaan Tentoonstelling 7 April — 17 Mei 1953* Haia, 1953).

Muito é para lastimar que João Maurício houvesse dispersado, antes de morrer (1679), as suas magníficas coleções brasileiras. Sempre grande gastador e, devemos admiti-lo, ambicioso de títulos e de provas outras dos favores dos reis e dos príncipes, começou em 1652 a dispor de seus tesouros, — abrindo mão de uma boa parte dêles em proveito do eleitor de Brandenburgo, que lhe deu em troca algumas terras ao longo do Reno. Dois anos depois fazia presente ao rei da Dinamarca de várias telas grandes de Eckhout e outras "curiosidades", em reconhecimento pelas quais foi galardoado com a cobiçada ordem do Elefante Branco. Finalmente, doze meses antes de morrer, oferecia a Luís XIV número avulzado de quadros, sugerindo que por êle se poderiam fazer excelentes desenhos para uma série de tapêtes de Gobelim. O representado nestas *peintures des Indes*, como passaram a chamar-se, incluíam assuntos relativos ao Chile e ao Peru, além dos concernentes ao Brasil e a Angola. Essas tapeçarias, embora reclamassem muito tempo para ser feitas, faziam tanta vista depois de prontas que continuaram a ser reproduzidas nos mesmos teares durante os 120 anos que se seguiram. Em acréscimo ao remanescente das pinturas de Post e Eckhout, promoveu João Maurício a feitura de muitos outros quadros e afrescos, inspirados no cenário brasileiro, alguns dos quais ainda sobreviviam até poucos anos atrás na Saxônia. Infelizmente, a maioria dêles caiu vítima da guerra, ou foi destruída acidentalmente pelo fogo, tal como sucedeu com as de Christiansburg, na Dinamarca, e com as decorações do interior do Maurits-huis, em Haia. Das pinturas que tiveram fim semelhante, a mais interessante era talvez aquela em que Eckhout havia retratado João Maurício, numa roda de tapuias.

O monumento mais duradouro que resta de João Maurício são os volumes in-folio de Barlaeus, Margrave

e Piso, que foram publicados sob seus auspícios e vieram abrir um mundo nôvo aos olhos dos europeus. Não se quer dizer com isso que elles não tivessem tido precursors, ou que as obras mais antigas dos sábios espanhóis, como as de Hernández de Oviedo, Joseph de Acosta, S. J. e Fr. Francisco Ximenez, O. P., não fôsem, em si mesmas, extremamente valiosas⁷². Elas o foram, o mesmo se podendo dizer dos *Diálogos* de Brandão e dos trabalhos de Fr. Christóvão de Lisboa sobre a história natural do Maranhão, os quais todavia permaneceram séculos à espera de publicação⁷³. Acontece porém que os trabalhos da equipe de cientistas de João Maurício, além de terem sido orientados e coordenados de baixo de sua supervisão pessoal, foram muito menos prejudicados pelos preconceitos aristotélicos, inspirando-se numa idéia muito mais rigorosa de exatidão científica. Isso foi expressado por Margrave, quando disse — “não quero escrever sobre coisa alguma que eu próprio não tenha visto e observado”.

É muito natural que esses livros tivessem gozado de grande e persistente successo. Assim é que vemos o rei D. João IV escrever ao seu emissário na Holanda, para que lhe obtivesse um exemplar do livro de Barlaeus, poucas semanas após a sua publicação. De outra banda do Atlântico, escrevendo em 1659, da Bahia, refere-se farta vez o cronista jesuíta Simão de Vasconcelos aos livros de Margrave e de Piso, chamando-os “hũa cousa

(72) Gonzalo Hernández de Oviedo, *Historia general y natural de las Indias* (Sevilha, 1535); José de Acosta, S. J., *Historia natural y moral de las Indias* (Sevilha, 1590); Fr. Francisco Ximenez, O. P., *Quatro libros de la naturaleza y virtudes medicinales de las plantas y animales en la Nueva España* (México, 1615).

(73) Ambrósio Fernandes Brandão, *Diálogos das grandezas do Brazil* (ed. Rio, 1943). O trabalho de Fr. Christóvão de Lisboa, O. F. M., “História dos animais e árvores do Maranhão”, escrito mais ou menos entre 1625 e 1631, permanece ainda inédito.

grande”⁷⁴. Dois séculos mais tarde, Lichtenstein, Maximiliano príncipe de Neuwied, Spix, Martius e muitos outros sábios dos que escolheram a América do Sul para campo de estudo, chamam freqüentemente a atenção para o rigor e a importância da obra pioneira de Margrave e Piso. Em 1912, observou o cientista americano Dr. E. W. Gudger que a *História Naturalis Brasiliae*, de 1648, “foi provávelmente o trabalho mais importante aparecido sobre história natural depois do renascimento das letras, e, até que se conhecessem as explorações de Neuwied, seguramente o trabalho mais importante relativo ao Brasil”. Abaixo destes não ficam os modernos historiadores e cientistas brasileiros no reconhecimento da dívida que tem a sua pátria para com João Maurício e seus colaboradores, como sendo os primeiros que se dedicaram à pesquisa puramente científica no Nôvo Mundo⁷⁵.

Já demos a entender que nem a liberdade com que João Maurício patrocinava as artes e as ciencias, nem a sua febril actividade construtora mereciam a aprovação, pouco qualificada, dos directores de uma companhia comercial ávida de açúcar e de dividendos. É claro que os Heeren XIX deviam achar o seu governador-geral muito dispendioso; mas tal era o prestígio que o cercava em todas as classes e raças da colônia, e tão grande o respeito que inspirava aos adversários, que durante muitos anos não ousaram substituí-lo. João Maurício, por outro lado, aborrecia-se continuamente com a má vontade ou incapacidade dos directores para lhe enviarem suprimentos adequados de mantimentos, dinheiro e homens, tanto assim

(74) Francisco de Sousa Coutinho, *Correspondência Diplomática*, II, p. 286; Simão de Vasconcelos, S. J., *Notícias curiosas e necessarias das coisas do Brasil* (ed. de Lisboa, 1668), pp. 21, 113, 175, 243, 257, 269, 279, 282 e 284.

(75) J. H. Rodrigues, *Bibliografia e Historiografia*, n.ºs 816 a 842, onde são alistados os títulos de trabalhos relevantes, tanto europeus como americanos.

que em mais de uma ocasião apresentara a sua renúncia. Mas, desde que êle, na mesma época, tomou o cuidado de promover representações da parte de tódas as comunidades de Recife, solicitando a sua continuação no cargo, é muito improvável que quisesse realmente deixar o Brasil, onde a sua posição era, sob muitos aspectos, a de um príncipe regente.⁷⁶

Podemos duvidar dessas desvanecedoras manifestações; mas, ainda que (como sustentaram os Heeren XIX) fossem inspiradas por êle próprio, ou por alguém de sua roda, rellenam em todo caso os sentimentos dos portugueses e dos judeus, que sabiam muito bem que se fossem privados de sua proteção os calvinistas lanáticos achariam mais facilidade para se voltarem contra êles. Por outro lado, era evidente que muitos burgueses flamengos guardavam ressentimento da proteção dispensada aos odiados papistas e desprezíveis judeus, proteção que, com relação aos primeiros pelo menos, ia muito além da simples tolerância. Outro ponto em que o seu modo de proceder provocava geral descontentamento eram as suas estreitas relações com o pouco escrupuloso Gaspar Dias Ferreira. Esse "arquivolaborador" (como seria chamado nos dias de hoje) era detestado tanto pelos católicos como pelos calvinistas; e, na verdade, traía ambos os lados, como era sabido por todos da colônia, com exceção de João Maurício.⁷⁷

Uma vez assinada a trégua com Portugal, concluíram os diretores que não havia mais a necessidade de se sujeitarem por mais tempo a João Maurício, nem de sustentar no Brasil uma guarnição numerosa podendo

(76) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilijë*, pp. 310-11 e 371; *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, pp. 534-9; Aitzema, *Saken van staet en oorlogh*, II, pp. 899 e 909.

(77) Calado, *Valeroso Lucideno*, pp. 55-77, 59, 61, 65-68, 121-2, 126-8, 130-4; *Journal ofte kort discours nopende de rebelye der Portugeesen in Brasil* (Amhem, 1647), pp. 176-8.

assim economizar à custa destas duas fontes de despesa. Resolveram por conseguinte, em outubro de 1641, fazer um corte drástico na guarnição e aceitar o pedido de renúncia apresentado por João Maurício. Os Estados Gerais e o príncipe de Orange protestaram contra essas medidas, que achavam prematuras, mas nem protestos nem argumentos puderam demover os Heeren XIX, embora por causa disso a decisão final fôsse adiada por mais alguns meses. Assim, a 18 de abril de 1642, escreveram os diretores a João Maurício, cientificando-o de que a guarnição deveria a partir daí ser reduzida a dezoito companhias, e de que êle podia voltar para a Europa durante a primavera de 1643. Essa decisão foi sem dúvida recebida com desagradável surpresa pelo governador-geral, que em 24 de setembro escrevia aos Estados Gerais, perguntando se eram da mesma opinião dos Heeren XIX, e prevenindo-os dos perigos decorrentes da redução do destacamento. Os diretores antepuseram-se a êste gesto enviando em maio de 1643 uma deputação aos Estados Gerais, pedindo-lhes que concordassem em chamar João Maurício. Assim fez Sua Alta Potência com muita relutância, resolvendo porém em 9 de maio "escrever ao Conde Maurício de Nassau com palavras atenciosas, pedindo-lhe que voltasse à pátria, a fim de prestar aqui novos serviços à nação."⁷⁸

João Maurício recebeu a intimação em setembro de 1643, mas protelou sua ida do bem-amado Brasil até maio de 1644. Sua partida não passou despercebida, nem foi pouco lamentada, causando impressão as aclamações por êle recebidas quando partiu a cavalo de Recife para a Paraíba, a fim de tomar o navio. Acompanhado por uma centena de cavaleiros, encontrou a estrada atulhada de gente de tódas as raças, classes e condições, que tinha

(78) Documentos publicados em *Bijdr. Hist. Gen. Utrecht*, III, p. 352-62, onde a data do primeiro deve ser corrigida para outubro de 1641. Cf. também Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilijë*, pp. 310-11, 371-3; Nesther, *Les Hollandais au Brésil*, pp. 126-32; Bowman, *Johan Maurits*, pp. 73-76.

ido testemunhar-lhe o pesar causado pela sua partida. Os ricos e poderosos procuravam apertar-lhe a mão, os pobres e humildes tocar na aba de seu paletó. Durante todo o tempo em que Recife e Mauritsstad estiveram à vista, sofrea João Maurício de quando em quando o animal, para ver ao longe a cidade que havia construído, “enquanto os seus trombeteiros entoavam a velha ária “Wilhelmus van Nassouwen”. Quando éle, afinal, alcançou a praia, uma turba de índios empurrou os brancos para o lado, carregando-o nos ombros através das ondas, até o navio que se achava à espera. No dia seguinte, não foi sem dificuldade que se conseguiu dissuadir várias centenas dêles, que queriam embarcar nos navios; todavia, chamou João Maurício, para acompanhá-lo, uma meia dúzia de tapuias, entre os vinte e três que haviam sido mandados pelo seu chefe Nhanduí, para pedir-lhe que não os abandonasse⁷⁹.

Ao entregar as rédeas do governo aos seus três colegas do Supremo e Secreto Conselho, insistiu mais uma vez João Maurício sobre a necessidade de muito tato e tolerância no trato com os grupos raciais mal irmanados e heterogêneos de que se compunha a população da colônia. Disciplina rigorosa, mas pagamento pontual e rações adequadas para os soldados; respeito, boas maneiras e condescendência para com os habitantes portugueses, com relativa liberdade para o exercício da religião católica; devida consideração com os agricultores no que respeita ao pagamento de suas dívidas, que excediam agora a mais de dois milhões de florins; plena justiça, temperada de clemência, no que tocasse pelo menos ao emprego da tortura; correção dos principais abusos da administração local, com vistas mesmo à supressão dos bailios, tão impopulares entre os moradores; conservação cuidadosa das

(79) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 395-8; Calado, *Valeroso Lucideno*, pp. 131-2; J. Nieuhof, *Gedenkweerdige Brazilianse Reize* (1682), p. 57.

fortificações, entrepostos e armazéns; manutenção de relações amigáveis com as autoridades portuguesas da Bahia, sem excesso de confiança, todavia, tanto nelas como nos moradores de Pernambuco. Tais eram os pontos principais do famoso “testamento político” de João Maurício (maio de 1644), já aqui citado mais de uma vez.

Foi rápida a viagem de volta, embora João Maurício houvesse enjoado muito. Chegando a Haia, não teve êle muita pressa em apresentar o seu relatório aos Heeren XIX; mas achou tempo para entreter os seus amigos numa reunião despida de convenções em Mauritshuis, onde se achavam agora instaladas muitas das suas preciosidades levadas do Brasil. Nesta ocasião, fez com que os tapuias realizassem uma dança guerreira, completamente nus, à moda selvagem, “ceci a causé beaucoup de raillerie et risée parmi toute sorte de gens”, como conta um dos hóspedes. Outros houve que não ficaram contentes: “os senhores, que vieram assistir à festa com suas espôsas, não acharam aquilo muito bonito”, escreveu um dêles, mais imbuído de espírito crítico⁸⁰.

Num extenso relatório enviado aos Estados Gerais sobre a sua gestão, expôs novamente João Maurício suas idéias de tolerância e moderação para com os portugueses de Pernambuco e sua religião. Passava em revista a situação da colônia, explicando as razões pelas quais os lavradores viviam endividados, a queda do preço dos escravos, e outros sintomas de mal-estar econômico, sugerindo remédios e medidas. Criticava abertamente os diretores naquilo em que lhe parecia estarem errados, admitindo embora que a falta de dinheiro era o fator principal de perturbação. “Grande império e estreita mentalidade são maus companheiros” era o estribilho desta parte de seu discurso. Queixava-se de que os Heeren XIX não raro davam mais ouvidos à maledicência dos subalternos des-

(80) *Briefwisseling van Constantijn Huyghens*, IV, 52.

peitados do que aos relatórios oficiais e às solicitações de seu governador-geral e respectivo conselho. Não obstante, concluiu com uma nota de otimismo, antevendo a fusão das duas Companhias das Índias, cujos recursos, uma vez somados, dariam aos holandeses os meios para arrebatar ao rei da Espanha tôdas as suas possessões coloniais, desde as Filipinas até o Peru¹. João Maurício voltava mais uma vez à sua divisa, *Qua patet orbis*, "Vasto como o universo".

Talvez essa visão de um Nôvo Mundo Holandês se afigurasse antes quimérica aos ouvidos broncos dos que o ouviam, mesmo quando a bandeira tricolor das Províncias Unidas era a mais familiar nos sete mares, e Amsterdã a capital comercial da Europa. Mas João Maurício não estava sozinho na convicção de que na América do Sul se abria um grande futuro para a Holanda, bastando apenas que ela fizesse uso pleno de seus recursos e oportunidades. Fosse qual fosse a debilidade de sua posição no Nordeste do Brasil, maiores ainda eram as dificuldades com que lutavam os seus adversários — ou, pelo menos, assim julgavam muitos espíritos ensobrecidos da colônia recém-fundada. É, por exemplo, flagrante o contraste entre as amargas recriminações feitas a Deus pelo Padre Antônio Vieira no sermão pregado na Bahia em 1640, e a seguinte resolução proposta em junho de 1644 pelo consistorio calvinista de Recife: "Visto que vivemos quietos e em paz nestas conquistas, enquanto na Alemanha, na Inglaterra e em tôda parte, o povo geme sob sangrentas guerras, não devemos nós dar publicamente graças a Deus pelas conquistas de que nos fez mercê, e orar pela cristandade sofredora da Europa?" Aprovada por unanimidade².

(81) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilje*, págs. 399-411.

(82) "Classicale Acta van Br¹ 1644", 18 de junho de 1644. (*Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, p. 417).

